

02 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Clayton Camargo toma posse no TJ e faz críticas à AL

Desembargador entra no
lugar de Miguel Kfourí Neto
para um mandato

de dois anos

*Novo presidente
cobrou votação
de projetos
do TJ*

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba- Logo após ser empossado como o novo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo mirou os canhões do Judiciário para a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Ele classificou de "lamentável" o atraso na votação do Funjus (Fundo da Justiça) e do Funrejus (Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário), pois seria proveniente dessas fontes que viriam "os recursos para a modernização do Judiciário". "Não se olvide que cabe exclusivamente ao Judiciário julgar, interpretar as leis e aplicá-las", disse Camargo em tom firme, após defender a separação entre os poderes.

Sentado ao lado do presidente da AL, deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), Camargo repetidamente dirigiu o olhar ao político enquanto discursava, que evitou o olhar

cruzado. Desconforto semelhante foi visto no governador Beto Richa (PSDB), à direita de Camargo na cerimônia, quando esse reclamou que o aumento do número de ações judiciais é culpa da "falta de políticas sociais dos governos". Em 2012 Rossoni recusou-se a por os temas do Funjus e do Funrejus em pauta "no afogadilho", sem uma discussão mais demorada.

"Estudamos o assunto e percebemos que o aumento não sai dos cartórios, mas da população", disse o presidente da AL o ano passado, após uma reunião com o então presidente do TJ, Miguel Kfourí Neto. A proposta de aumento do Funrejus foi en-

viada para a AL na última semana de sessões plenárias e aumentava em 50% a tarifa. Ela subiria de 0,2% para 0,3% de todos os documentos em cartórios que tratam de dinheiro (registro de imóveis e protesto de títulos, por exemplo). O valor é pago por quem solicita, até o limite de R\$ 817. O aumento resultaria em mais R\$ 24 milhões para o Judiciário, além dos R\$ 60 milhões que o Funrejus já deve recolher em 2013.

Foi com R\$ 343 milhões recolhidos dessa forma que o antecessor de Camargo, Kfourí Neto, fez as obras que inaugurou rapidamente em janeiro, antes de deixar o cargo.

CONTINUA

02 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A última foi na quarta-feira, véspera da passagem de cargo, quando ele reinaugurou o prédio Eszenfelder, em Curitiba, desapropriado para uso do TJ. O local vai receber departamentos administrativos e gabinetes de magistrados, mas não está pronto para uso imediato. O evento, segundo Kfoury, serviu “apenas para assinalar a ocupação plena da sede Mauá. É um ato simbólico”, disse o magistrado. Durante a cerimônia de posse, Kfoury e Camargo se trataram com respeito, mas sem esconder a rivalidade.

Em sua despedida da presidência, Kfoury apresentou um vídeo institucional com imagem de fóruns novos e depoimentos de colegas elogiando a sua gestão. A tentativa de “roubar a cena” foi eclipsada por Camargo, que prometeu ajuste de salários para os servidores, passarelas interligando os prédios do TJ e a construção de garagem subterrânea no tribunal, para atender advogados e magistrados. O novo presidente disse que vai aumentar o número de servidores efetivos e comissionados e “antecipar” com “sobras” do orçamento o pagamento das Parcelas Autônomas de Equivalência (PAEs) aos magistrados. Em 2013, o TJ tem um orçamento estimado em R\$ 1,29 bilhão.

02 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Menos um em Apucarana

Embora a primeira sessão da Câmara de Apucarana esteja marcada para a próxima segunda-feira, às 19h30, o vereador reeleito Alcides Ramos (DEM) não deve aparecer. Contra ele existe um mandado de prisão preventiva, que foi mantido nesta semana pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Acusado de corrupção e peculato, ele está sumido desde o ano passado e nem chegou a tomar posse com os colegas. Segundo o advogado André Salvador, "o vereador tem a esperança de revogar a prisão preventiva porque entendemos que a prisão é injusta, apesar do TJ ter negado o habeas corpus". No julgamento, o tribunal afastou alguns elementos que embasam a prisão, mas levou em consideração os indícios de que Alcides teria desaparecido com documentos e aliciado testemunhas durante a investigação do Ministério Público (MP).

■ Pelo regimento interno da Câmara, o suplente somente será convocado se Ramos não assumir em até 15 dias depois da sessão desta segunda-feira. A defesa confirmou que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Beto e Joaquim

O governador do Paraná Beto Richa e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, se encontraram em Brasília na última quinta-feira. Na pauta da conversa, segundo a assessoria de imprensa do governo estadual, a edição de súmula vinculante 69, para que se torne inconstitucional qualquer isenção ou benefício fiscal sem a aprovação prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária. O objetivo é o fim da guerra fiscal entre Estados. "O ministro está disposto a tocar para frente isso e terminar com essa guerra fiscal", afirmou Beto.

02 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Guerra é guerra

Aneidota de mau gosto é no ambiente bélico: soldados alemães invadem a casa de lavradores e intentam violentar a avó e a netinha que soluça pedindo que poupem a nona e essa replica: querida, guerra é guerra. Há didáticas que reclamam Engov, muito Engov.

Pois não foi dessa guerra, da qual participamos e onde houve os acertos iniciais para ações militares no Brasil que se iniciariam com a derrubada de Getúlio Vargas e sustentariam os fundamentos da intervenção em 1964, mas da guerra fiscal que Beto Richa foi tratar com o ministro Joaquim Barbosa, do STF, para a formalização de súmula vinculante que submetta qualquer benefício fiscal à aprovação prévia do Confaz, Conselho Nacional de Política Fazendária, constituído pelos secretários estaduais de finanças.

O ministro achava e com sobra de razão que o Paraná era a favor do clima de desregulação, do qual se beneficiou ao longo do tempo, especialmente na gestão de Lerner, para atrair as montadoras para as quais usava o mimetismo dos chamados protocolos de intenções que protegiam os contratos, o denominado ICMS incremental no dizer do "scholar" Miguel Salomão.

O governo acabou percebendo, depois de tanto beneficiar-se, que a anomalia o prejudicava e isso ficou visível nas perdas de investimentos para catarinenses e paulistas como nos casos da BMW e da Foxcom, esta dada quase como certa no oba oba oficial.

É possível que Lerner teve melhores negociadores do que os de agora, pois guerra é guerra como adverte a senhora da anedota abominável.

Milagre MAZZA

Milagre é a condenação dos mensaleiros e a denúncia contra a Rosemary. O normal é o que houve ontem: a escolha do presidente do Senado. É a distância entre o desejável e o possível. Estamos ainda, repita-se, nas dores do parto da democracia, e evitar o aborto é necessário, nem sempre possível.

02 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Band é condenada por declarações de Datena

São Paulo - A Justiça Federal em São Paulo condenou a Rede Bandeirantes a prestar esclarecimentos à população sobre a diversidade religiosa e a liberdade de consciência de crença no Brasil. A emissora ainda pode recorrer da decisão.

A condenação é o resultado de uma ação civil pública movida em dezembro de 2010 pelo procurador regional dos direitos do cidadão Jefferson Aparecido Dias com relação as declarações feita por José Luiz Datena no "Brasil Urgente" do dia 27 de Julho de 2010.

Procurado, Datena não comentou o assunto. A Band, por meio de sua assessoria, disse que a emissora não foi ainda informada oficialmente da decisão judicial e que, assim que o for, irá recorrer.

Durante a exibição de reportagem, o apresentador e o repórter Márcio Campos relacionaram o fuzilamento de um garoto à "ausência de Deus". "Um sujeito que é ateu não tem limites e é por isso que a gente vê esses crimes aí", disse Datena. "Márcio Campos, é inadmissível. Você que também é muito católico, não é possível, isso é ausência de Deus, porque nada justifica um crime como esse, não?", disse.

O apresentador também atribuiu males do mundo aos ateus. "É por isso que o mundo está essa porcaria. Guerra, peste, fome e tudo mais,

Apresentador atribuiu o fuzilamento de um garoto à "ausência de Deus"

entendeu? São os caras do mal. Se bem que tem ateu que não é do mal, mas o sujeito que não respeita os limites de Deus não respeita limite nenhum", continuou.

O programa ainda realizou uma pesquisa interativa para saber a opinião da audiência sobre a relação entre violência e ateísmo.

Para o autor da ação, ao veicular as declarações preconceituosas contra pessoas que não compartilham o mesmo modo de pensar do apresentador, a emissora descumpriu sua finalidade educativa e informativa e prestou um desserviço para a comunicação social.

Na sentença assinada pelo juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, a Band foi condenada a exibir, durante o "Brasil Urgente", quadros para esclarecer a população sobre a diversidade religiosa e a liberdade de consciência e de crença no Brasil, com duração idêntica à das declarações tidas pela Justiça como impróprias.

As colocações duraram cerca de 50 minutos. Em caso de descumprimento da determinação judicial, a emissora terá que pagar multa diária de R\$ 10 mil.

A União, por meio da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, foi condenada a fiscalizar a exibição dos esclarecimentos.

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

BARBÁRIE

Violência contra mulher é cultural

Para antropóloga, machismo ainda é muito presente na sociedade brasileira; falta estrutura para garantir proteção às vítimas

ENTREVISTA

Marlene Tamanini
Antropóloga



*É necessário
construir
outros modelos
de masculinidade*

*Essa violência se
expressa tanto
física quanto
psicologicamente*

CONTINUA

Casos recentes de violência contra mulheres, como um estupro coletivo em Curitiba e um sequestro em Joaquim Távora (Norte Pioneiro), chocaram a sociedade paranaense. O que chama a atenção, além da gravidade dos crimes, é que na maioria das vezes os autores são ex-companheiros das vítimas.

Para a antropóloga e professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Marlene Tamanini, as raízes da violência contra namoradas, esposas e ex-companheiras é cultural. O problema é que o machismo ainda está muito presente na sociedade brasileira.

"Essa violência é 'justificada' por ciúmes, controle de fidelidade, desconfiança injustificável. (...) É uma questão associada a uma cultura patriarcal focada na honra, por causa da baixa autoestima. Muitos desses homens sofrem de alcoolismo, dependência química. Em geral, têm baixa escolaridade. Em 90% dos casos têm menos de 50 anos, são casados ou em processo judicial de separação e não aceitam essa separação", aponta.

Para Marlene, a proteção das vítimas depende de vontade política. Ela reivindica aumento do investimento em estruturas e em ações públicas para garantir acolhimento às mulheres e, principalmente, punição aos agressores.

A violência contra mulheres chamou a atenção da sociedade paranaense nas últimas semanas. Foram registrados episódios graves, como um estupro coletivo armado por um ex-marido, sequestro e cárcere privado

motivado pelo ciúme e até o caso de um homem que ateou fogo e matou a companheira. São situações que mostram que as agressões contra as mulheres estão cada vez mais violentas?

A violência contra as mulheres é antiga e bastante forte na nossa cultura. Esses casos não são novos. Essas situações ganharam repercussão pela forma como aconteceram.

Essa violência é "justificada" por ciúmes, controle de fidelidade, desconfiança injustificável. Muitos desses companheiros se sentem agredidos quando a mulher busca sua autonomia financeira, busca sua liberdade. É uma questão associada a uma cultura patriarcal focada na honra, por causa da baixa autoestima. Muitos desses homens sofrem de alcoolismo, dependência química. Em geral, têm baixa escolaridade. Em 90% dos casos têm menos de 50 anos, são casados ou em processo judicial de separação e não aceitam a separação.

Essa violência se expressa tanto física quanto psicologicamente, emocionalmente. É muito comum o xingamento, a humilhação, a ameaça. É difícil para a mulher sair dessa situação. Principalmente por conta da condição econômica, sobretudo quando têm filhos pequenos. Algumas têm medo morrer. Essa é uma das principais razões que mantêm as mulheres "presas".

Há também a questão do descaso judicial. A infraestrutura do sistema de apoio não está completa. A mulher precisa de medidas protetivas, mas também é necessário um trabalho de enfrentamento da pobreza, de geração de renda e

trabalho, de assistência e enfrentamento preventivo, de qualidade de vida, moradia. Enfim, de direitos sociais. Para isso é preciso desenvolver políticas de educação, de cultura, de comunicação.

A violência doméstica ainda parece ser assunto da casa, privado. Isso faz com que a sociedade realmente não encare a violência doméstica como uma questão que precisa ser superada.

É preciso também pensar em sistemas de acompanhamento do agressor. Esses homens estão sendo formados hoje para o revide, para manter a honra. E hoje temos muitas mulheres provendo a casa. E isso em vez de gerar uma relação mais igualitária, no sentido do diálogo, está gerando mais nichos de pobreza e mais agressões por causa do sistema que gera uma perspectiva de mundo baseado na honra, fidelidade, dependência, obediência da mulher.

Há muitos casos em que os agressores são denunciados à polícia, mas ficam impunes. O problema é que o sistema público não consegue proteger as mulheres da violência?

A estrutura do Estado não é suficiente. Pela perspectiva da assistência social, temos centros de referências e serviços de abrigo e acolhimento. Pela perspectiva da segurança pública, temos o trabalho das polícias Civil, Militar, Rodoviária, Federal, do Corpo de Bombeiros, do Instituto Médico Legal, do Ministério Público, entre outros órgãos.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

03 FEV 2013

Mas esse é um trabalho complexo, que exige espaço adequado, estrutura física, recursos humanos, educação, formação. Não é simples fazer um atendimento e manter um sistema de proteção. Outra dificuldade é manter as fronteiras que a lei exige em situações de violência.

Temos casos de homens que estavam presos, mulheres que fizeram denúncias, ficaram em casas de abrigo e depois de três meses a mulher voltou pra casa e o companheiro foi lá e a matou. Por que isso acontece? Porque o homem não teve acompanhamento psicológico nem apoio familiar. O homem é preso, mas quem o trata? Ele precisa ser tratado porque o comportamento dele é consequência de um modelo de poder baseado no revide, na honra. Eles se acham os donos da casa, dos pais, dos filhos. Não batem apenas na mulher. Agridem os filhos, os irmãos, os pais. São dependentes de álcool e de drogas e têm pouca visão de si mesmo. Pouco sabem da sua construção como homens, têm uma história familiar complexa em termos de violência. É fundamental termos medidas protetivas, mas também é necessário tratar esse homem. É necessário construir outros modelos de masculinidade.

O governo do Paraná anunciou a criação da Coordenação das Delegacias da Mulher (Codem) para melhorar as condições de trabalho dos servidores. Qual é o impacto dessa medida na qualidade do atendimento às vítimas?

É absolutamente necessária. Está prevista na Constituição, na Lei Maria da Penha e o governo deveria ter feito isso

há muito tempo. Não é um favor para a sociedade, é uma obrigação e uma condição para se constituir cidadania. A Lei Maria da Penha precisa ser expandida. Não dá para abrir somente uma coordenadoria, uma secretaria. É preciso abranger todas as esferas e todos os municípios, inclusive com profissionais capacitados para atendimento às mulheres e aos homens também. A legislação prevê um número enorme de ações, que têm que ser traduzidas em estratégias de proteção, de intervenção. O governo não está fazendo nenhum favor.

Quais os avanços alcançados na proteção à mulher e na punição aos homens violentos a partir da Lei Maria da Penha?

A lei possibilitou ações que não eram garantidas. Isso é importante para estimular ações preventivas e conscientizadoras e para apoiar e desenvolver estudos de diagnóstico sobre a situação da mulher. Também para estabelecer parcerias com as secretarias em programas de formação e treinamento de servidores municipais, estaduais e federais para atuar frente ao problema da violência, para formular e executar políticas de ação preventiva. São ações que sem a Lei Maria da Penha dificilmente seriam feitas.

A Lei Maria da Penha foi pensada de forma estratégica para atingir a saúde, a assistência social, a justiça, a educação, o trabalho, a segurança. Agora, criar uma secretaria é um ponto pequeno, importante, mas é apenas um ponto.

A partir daí tem que criar mais braços, porque a violência está em toda a parte. E o enfrentamento da violência precisa ganhar as dimensões previstas legalmente, que são federais, estaduais e municipais. De uma maneira racionalizada, com políticas públicas integradas. A lei vem criando as condições em muitos lugares para programas de reeducação, de controle, de proteção, inclusive, para as crianças, que sempre estão envolvidas nessas histórias.

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

RACISMO

Preconceito velado, mas devastador

**Mapa da Violência e estatísticas
sobre acesso à universidade
comprovam desigualdade entre brancos
e negros no Brasil – país,
aparentemente, sem conflitos raciais**

O sociólogo Renato Munhoz defende mudanças profundas na sociedade: "Quando se reconhece a necessidade de políticas públicas, se reconhece também que há racismo"

A repercussão sobre o tratamento ofensivo dispensado a um menino negro de 7 anos que acompanhava os pais adotivos em uma concessionária de carros importados no Rio de Janeiro, há algumas semanas, jogou luz sobre uma discussão que permeia a história do Brasil: afinal, somos um país racista?

Apesar de não haver preconceito assumido, o relato dos negros brasileiros que denunciam olhares tortos, desconfiança, apelidos maldosos e tratamento "diferenciado" em lojas, consultórios, bancos ou supermercados não deixa dúvidas de que são discriminados em função do tom da pele. Estatísticas como as divulgadas pelo Mapa da Violência 2012, que detectou 75% de negros entre os jovens vitimados por homicídios no Brasil em 2010, totalizando 34.983 mortes, chamam a atenção em um país que aparentemente não enfrenta conflitos raciais.

A disparidade entre o nível de

escolaridade é outro indicador importante. De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os brasileiros com nível superior completo há 9,8 milhões de brancos e 3,3 milhões de pardos e pretos. Já entre a população sem instrução ou que não terminou o ensino fundamental os números se invertem: são 40 milhões de pretos e pardos e 26,3 milhões de brancos.

"O racismo no Brasil é subjetivo, mas as consequências dele são bem objetivas", afirma o sociólogo Renato Munhoz, educador da Colmeia, uma organização que busca despertar o protagonismo em entidades sociais, incluindo instituições ligadas à promoção da igualdade racial.

Ele enfatiza que os negros, vitimizados pela discriminação em função da cor da pele, são minoria nas universidades, na política, em cargos de gerência e outras esferas relacionadas ao poder. "Quando chegam a essas posições, causam 'euforia'", analisa, referindo-se, na história contemporânea, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa e ao presidente dos EUA, Barack Obama.

Munhoz acrescenta que o racismo tem raiz histórica. "Remete ao sequestro de um povo de sua terra para trabalhar no Brasil. Quando foram supostamente libertados, acabaram nas periferias e favelas das cidades, impedidos de frequentar outros locais", afirma.

Esse contexto, para ele, tem sido perpetuado através dos tempos, apesar da existência da lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define como crime passível de reclusão os preconceitos de raça ou de cor. "A não aceitação de negros em alguns espaços é evidente", reforça. A subjetividade do racismo também se expressa no baixo volume de denúncias nas delegacias. No Paraná, de acordo com dados do Boletim de Ocorrência Unificado da Polícia Civil, de 2007 a 2012 foram registrados 520 crimes de preconceito, o que resulta em uma média de apenas 86 registros por ano.

CONTINUA

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Por todas essas evidências, Munhoz defende a transformação da questão racial em políticas públicas, a exemplo das cotas para negros nas universidades. "Quando se reconhece a necessidade de políticas públicas, se reconhece também que há racismo", diz. Ele acrescenta, ainda, que os desafios dessas políticas passam pela melhoria no atendimento em saúde à população negra e no combate à intolerância religiosa. "Não reconhecer as religiões de matriz africana é outro indicador de racismo."

Crime e injúria

O delegado titular da Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba, Amarildo José Antunes, interpreta como reais os números registrados pela Polícia Civil. Ele esclarece que o maior número de casos registrados configura-se injúria qualificada, e não crime de preconceito. "A lei é bem específica quanto aos casos que configuram crime, como impedir que uma pessoa entre em determinado estabelecimento comercial ou negar emprego a alguém por causa de sua cor. Já xingar alguém ou fazer referência à sua cor em um momento de discussão configura-se injúria, que é bem mais comum. Os procedimentos são diferentes, assim como as penas, mas as pessoas ainda confundem muito", informa Antunes. Em caso de flagrante, o crime de preconceito pode resultar em prisão. Já na injúria qualificada é registrado termo circunstanciado e as partes são convocadas para audiência posteriormente.

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

RACISMO

Negros têm mais dificuldades de adoção

Principal argumento dos casais,
ao rejeitá-los, é a preocupação
com o preconceito por
parte da sociedade



Marcos e Viviane Marques adotaram os irmãos Simon, de 4 anos, e Cibele, de 5: "Quando os vimos pela primeira vez, percebemos imediatamente que não podíamos deixá-los lá"

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

03 FEV 2013

Silvana Leão

Reportagem Local

De acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção, atualmente há na Comarca de Londrina nove crianças aptas a ser adotadas. Destas, seis são pardas e três são brancas. Hoje não há crianças negras na fila, mas se houvesse, provavelmente levariam mais tempo que as outras para conseguirem uma família. É o que mostra o dia a dia da Vara da Infância e da Juventude.

“Normalmente as crianças pardas são em maior número, mas as negras são as que têm mais dificuldades de adoção, mesmo que sejam bebês”, observa a assistente de juiz Daniele da Rosa Bittencourt. Ela revela que a justificativa mais comum dos casais para se negarem a adotar crianças negras é a preocupação com o preconceito por parte da sociedade que vão enfrentar ao longo da vida. “Mas para mim, este preconceito está nestes casais, porque tudo depende de como eles próprios enxergam aquela criança e como vão tratá-la. Sou totalmente contra aqueles que querem escolher sexo, cor e fazem restrições à presença de doenças, pois são coisas que estamos sujeitos até quando temos filhos biológicos”, argumenta Daniele.

Foi com o coração aberto e livre deste tipo de preconceito que o casal Marcos Ronan Souza Marques e Viviane Kawazaki de Souza Marques acolheu os irmãos Simon, de 4 anos, e Cibele, de 5. Donos de histórias estarrecedoras de abandono e negligência, eles têm hoje uma vida oposta à

que tiveram até maio do ano passado. Nos últimos oito meses, eles vivem uma realidade de cuidados, carinho e acolhimento que até então lhes era desconhecida.

Os pais contam que nem sempre Simon e Cibele foram tão alegres e espontâneos. E não é para menos. Antes de ganharem os pais londrineses, eles haviam passado por três tentativas frustradas de adoção. Por três vezes ganharam uma família, por três vezes viram estas famílias desistirem deles. “Quando os vimos pela primeira vez, percebemos imediatamente que não podíamos deixá-los lá. Mas o amor que sentimos por eles hoje foi surgindo e se intensificando com o passar dos dias e com a convivência. Ainda estamos vivendo um processo de adaptação, pois vivemos sete anos sem filhos e de repente chegaram dois”, conta Viviane, que é coordenadora da Ong Mãos Estendidas, instituição que atende crianças e adolescentes no Conjunto Novo Amparo (Zona Norte de Londrina).

Ela reconhece que muitos casais, no momento de adotar, tentam buscar as mesmas características que teria um filho biológico. “Conosco nunca foi assim. A cor da pele dos nossos filhos não tem a menor importância. Aqui dentro de casa, ela é imperceptível. O que importa é a difícil história que eles viveram até chegar até nós.” Marcos e Viviane nunca viveram uma situação de claro preconceito com seus filhos, mas já perceberam que em alguns locais são tratados com certo desdém e até são considerados “-

loucos” por adotarem duas crianças de uma vez, negras e que já não são mais bebês. Para o casal, porém, tudo isso é motivo de orgulho. “É uma sensação boa saber que estamos fazendo a nossa parte para acabar com o preconceito”, dizem, visivelmente encantados com seus filhos.

CONTINUA

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Preconceito institucional é o que provoca mais danos

As características das famílias que são vítimas, todos os anos, das repetitivas tragédias causadas por enchentes e outras intempéries são um sinal do racismo institucional que impera no País. A afirmação é da procuradora federal Dora Lúcia Lima Bertúlio, militante do movimento negro e ex-procuradora-geral da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em sua gestão a instituição implementou o Programa de Cotas Raciais, a partir de 2004. Atualmente ela atua como procuradora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Curitiba.

“Basta olhar para estas famílias. Todos sabem que as tragédias vão acontecer, mas nada se faz. E isso acontece não simplesmente porque são famílias pobres, mas também porque são negras em sua grande maioria. Há uma desconsideração de políticas para essa população. Isso é racismo institucional, que é o que mais danos provoca no inconsciente das pessoas”, afirma Dora.

Pioneira no estudo da influência do sistema jurídico na perpetuação do racismo no Brasil, Dora argumenta que embora o País tenha registrado alguns avanços – mais qualitativos do que quantitativos –, ainda mantém um discurso que tenta diminuir os conflitos raciais. “Com isso naturaliza-se a relação conflituosa, dificultando qualquer proposição mais impactante para diminuir o preconceito.” As

diferenças entre brancos e negros, segundo ela, continuam sendo muito grandes, apesar de todas as notícias de diminuição da pobreza e ascensão social das classes de menor poder econômico. “Este fenômeno acontece de forma diferente para brancos e negros. As desigualdades sociais são absolutamente marcadas pela desigualdade racial. Há um caminho muito longo ainda até chegarmos a um país com democracia racial de fato.”

Mas mesmo considerando o Brasil um país preconceituoso, Dora Bertúlio acredita que alguns avanços foram feitos nos últimos anos, graças a iniciativas como os sistemas de cotas raciais implantados nas universidades públicas. “Hoje há uma discussão mais aberta na sociedade sobre o assunto e as famílias negras sentem-se com mais condições de ser contempladas pelas oportunidades existentes e, portanto, têm mais expectativas. O racismo tira o sonho das pessoas, e quando elas se veem diante da possibilidade de ser alguém, ganham forças e têm sua autoestima melhorada.”

CONTINUA

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Pensei que você fosse da limpeza'

Franciele Seixas Lima, de 22 anos, é uma jovem estagiária de um banco em Jaguapitã. cursando o último ano de Ciências Contábeis, trabalha auxiliando clientes no autoatendimento da agência do município. Negra, ela teve que se esforçar muito para conseguir oportunidades na vida. Apesar da competência, já foi maltratada em várias ocasiões por clientes do banco que ainda estranham ver uma negra executando uma função que não é restrita aos serviços gerais da instituição.

Uma das passagens mais marcantes foi quando uma moça perguntou a Franciele quem poderia ajudá-la no caixa eletrônico. Quando respondeu que era ela mesma a responsável, a cliente não escondeu o preconceito. "Ela respondeu: 'pensei que você fosse da limpeza'. Para mim, a mensagem que a cliente passou foi que negros não podem ser bancários, só podem trabalhar na limpeza", lamenta.

Em outra ocasião, ofereceu ajuda a uma mulher que não conseguia resolver um problema com o banco. Ao invés de aceitar, a cliente respondeu que "aqui não é lugar para você". "Quando questionei o motivo, ela afirmou que não era comum ver gente com o meu tom de pele atendendo

no banco. Terminei o atendimento e levei o fato ao gerente, que me aconselhou a não atender mais aquela pessoa para não passar por novos constrangimentos."

Única negra da turma de faculdade, ela foi também a única negra convidada para participar do concurso Miss Guaraci, no município onde mora. "Por causa do racismo que sofrem, muitos negros têm baixa autoestima e não se acham capazes de conquistar boas oportunidades. As pessoas esperam que sejamos sempre subservidentes", relata.

Tia de uma menina de 7 anos, ela lamenta, também, que a criança continue sofrendo na escola o mesmo tratamento preconceituoso que ela também sofria nos primeiros anos escolares. "Esses dias ela disse que ia tomar banho para tentar ficar branca. Fico triste, porque vejo que o racismo não foi superado", diz.

Consciente dos próprios direitos, Franciele afirma que, apesar de haver uma legislação que criminaliza o preconceito de raça e cor, ainda faltam aparatos para receber denúncias. "Eu mesma errei muitas vezes, por não ter denunciado o racismo que sofri. Essa questão precisa começar a ser discutida desde a escola, para que o problema seja finalmente superado."

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

03 FEV 2013

'Tem gente que muda de lado na rua'

Veridiana, de 6 anos, e Catarina, de 9, são filhas de mãe branca e pai negro. Educadas, alegres e cheias de energia, comportam-se como todas as crianças da mesma idade, mas enfrentam tratamento diferente nos passeios em que estão acompanhadas apenas pelo pai. A mãe das duas, a psicóloga Ana Lilian Parrelli, coleciona histórias de racismo velado envolvendo desde conflitos na escola até o episódio da vizinhança de uma área de lazer de Londrina que chegou a chamar a polícia quando viu as duas meninas passeando sozinhas com o pai no local.

Ana conta que o estranhamento das pessoas é quase uma rotina. "Quando elas estão comigo, o tratamento é normal. Se estão com o pai, as reações são diversas. Tem gente que entra em casa ou muda de lado na rua", revela, enfatizando que o pai das crianças tem vários relatos de situações enfrentadas também quando está sozinho. "No banco, a porta eletrônica trava mesmo quando ele não está portando objetos de metal", exemplifica.

A mãe também nota diferença no tratamento dispensado às filhas. Enquanto a mais nova tem cabelos lisos, a primogênita tem cabelos bem enrolados, o que chegou a gerar apelidos maldosos colocados por crianças da escola. "Percebi que a própria criança não tinha noção, apenas reproduzia o que ouvia dos pais", diz,

lembrando que uma estagiária da escola chegou a pedir à menina, de forma ríspida, para prender o cabelo.

Catarina se incomodava tanto com a situação que, quando mais nova, pedia à mãe para trocar de escola. Recentemente, convenceu a família a fazer um relaxamento nos cachos em uma tentativa de sentir-se menos diferente. "Eu me incomodo porque meus amigos acham meu cabelo estranho", conta.

Em casa, a conduta da mãe é reforçar a cultura do respeito às diferenças para ensinar as filhas a lidar com a questão. Os conflitos, entretanto, acabam surgindo a cada vez que o racismo velado aflora no compartimento das outras pessoas. "Nessas horas, fica complicado passar essa noção de respeito, dizer que as pessoas são boas", lamenta. Convicta da importância de enfatizar a diversidade, Ana procura tirar o foco das diferenças de cor para reforçar as vantagens de não sermos todos iguais. "Ser diferente não é ruim. É o que caracteriza a nossa identidade."

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Acórdão do mensalão

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode publicar até o fim do mês a redação final dos votos dos ministros no julgamento do mensalão, o chamado acórdão. O documento é fundamental para que se dê o início do cumprimento das penas dos 25 condenados, pois abre prazo para a apresentação dos recursos das defesas. A previsão é do ministro Gilmar Mendes. Ele disse que desde o fim do julgamento, em dezembro, os gabinetes elaboram os votos. O STF informou que o presidente da corte, ministro Joaquim Barbosa, deve finalizar na segunda-feira sua parte do acórdão. Para que o documento seja publicado é preciso aguardar que todos os ministros enviem os respectivos votos revisados para serem anexados. Para Mendes, a conclusão da análise de todos os recursos, o que permite o início do cumprimento das penas, deve ocorrer ainda neste ano.

Embargos

Depois da publicação do acórdão, os advogados terão cinco dias para apresentar embargos questionando eventuais contradições nos votos dos ministros. Pelo regimento do tribunal, o prazo para a publicação do documento é de 60 dias após a conclusão do julgamento, mas isso costuma ser ignorado pela corte. O prazo vence em março, pois os dias de recesso (fim de dezembro e o mês de janeiro) não entram na conta. Após a definição dos recursos, o processo é considerado "transitado em julgado", e passam a valer as punições restritivas - 11 condenados terão de cumprir pena inicialmente em regime fechado, além da perda do mandato dos deputados condenados: João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoino (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP).

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Paciência do STF

Depois de uma ofensiva para suprir omissões dos parlamentares e que foi vista como "judicialização" da política novamente vê-se o STF na contingência de mostrar paciência extrema com Câmara e Senado no caso da prometida e adiada regulação da partilha do Fundo de Participação dos Estados e que é uma afronta a mais ao nosso simulacro de federalismo. É que unidades do norte-nordeste e extremo oeste ficam com 85% dos recursos, algo que pela deformação original é bem pior do que o racha dos royalties do petróleo.

Omite-se ou compromete-se em situações perversas o parlamento (e num país que quase adotou o parlamentarismo com o conteúdo híbrido do regime) e quando o Judiciário, provocado, vai agir se desmancha em choradeira em favor de sua decantada soberania como fez agora quando o STF se viu impelido a dar novo prazo de dilação para o ajuste jurídico do FPE e evitar um conflito entre poderes. Como sempre recheado de bravatas como a do ex-presidente da Câmara prometendo albergar deputados cassados, caso a Justiça os fulminasse, o que ela, sábia e prudentemente, não fez.

Bravatas no show

É visível a irritação da classe política, especialmente da empenhada em descriminalizar o mensalão, e exibí-lo como praxe habitual e portanto, olha a heresia, com força de "direito adquirido", com um Judiciário que cumpra suas tarefas essenciais e entre elas a de preencher o vácuo que a omissão legislativa provoca e o obriga a tomar decisões com força de lei. Decisões como a do direito de greve do funcionalismo, cuja regulação permanece nas gavetas parlamentares, ou a da interpretação extensiva do texto que fulminou a prática do nepotismo (é evidente que precária porque como disse um dos ministros se trata de um caso multifacetado) mostraram essa necessidade de intervenção de traço interpretativo de cada carência, fazendo prevalecer o sentido da hermenêutica, da exegese, vetores-chave do direito em ação.

Ao contrário do que desejam os modeladores do espetáculo, empenhado em primeiríssimo plano em desqualificar o Judiciário por sua atuação ímpar no mensalão como se tivesse inspiração política e para atender a mídia golpista, o que de repente vai transformar vilões em heróis e até santos, o que não será a primeira vez.

03 FEV 2013

Resposta pragmática

A eleição, anteontem, de Renan Calheiros na presidência da Câmara Alta e a provável amanhã do deputado Henrique Eduardo Alves para a presidência da Câmara Baixa é uma resposta dura dos pragmáticos à aspiração moralizante gestada pelo Supremo Tribunal Federal e que respalda a intenção dolosa dos que pretendem aprofundar a campanha contra o Judiciário, buscando desqualificar a sua mais importante decisão que devassou as vísceras dos ajustes partidários em nome do que cinicamente chamam de "governabilidade".

Já tivemos momentos bons do Congresso como quando ratificou as chamadas leis de iniciativa popular, verdadeiro referendo em nome da democracia direta em sua forma possível, ou quando possibilitou a devassa que levou Collor à queda inevitável, apoiado no "background" da indignação popular que alcançava todo o País. Há um desacompasso forte entre o julgamento do mensalão e essa eleição no parlamento brasileiro de suas chefias tão questionadas. O pior é que ela adensa a fé dos que em nome do pragmatismo enxergam na mínima preocupação moral com o bem público um desperdício, mais atraso do que avanço.

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Polêmicas na volta dos deputados ao batente

Nova correlação política nas bancadas da Assembleia Legislativa do Paraná tem três lideranças do Norte

Curitiba – Recomeçam amanhã à tarde as sessões plenárias na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, sob o comando do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB). O tucano foi reeleito o ano passado para mais um mandato como presidente do Legislativo. Ele terá pela frente momentos difíceis, pois cinco Comissões Parlamentares de Inquérito estão em funcionamento na AL (Telefonia, Planos de Saúde, Obras da Copa, Grandes Devedores e Pesquisas Eleitorais) e outras duas estão na fila para instalação (Falências e Pedágio).

O governador Beto Richa (PSDB) agitará esse vespeiro nessa semana, ao enviar para a AL pedido para a criação de no mínimo mais duas secretarias de Estado (Governo e Pessoa com Deficiência).

Esses projetos farão companhia às reivindicações pendentes do Judiciário, como o aumento das custas judiciais e criação de cargos comissionados. Na sexta-feira, durante a posse de Clayton Camargo na presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, o magistrado demonstrou que vai "exigir" a apreciação das matérias pelos deputados estaduais.

Além de uma nova correlação política nas bancadas da AL. Três lideranças do Norte estarão no plenário: Tercílio Turini (PPS), de Londrina, Gilberto Martin (PMDB) de Cambé e Wilson Quintero (PSB), de Maringá. Alceuzinho Maron (PSDB), do Litoral, tem o mandato ameaçado por Felipe Lucas (PPS), que pediu na Justiça a vaga do colega político, antes pertencente a Marcelo Rangel (PPS), agora na prefeitura de Ponta Grossa.

Teruo Kato assumirá o lugar de Caíto Quintana na liderança do PMDB, num rodízio acertado pelo partido. Numa tentativa de por a administração tucana "na berlinda" num ano preeleitoral, Ênio Verri (PT) pode reassumir a liderança da oposição no plenário, hoje com Tadeu Veneri (PT). Nelson Luerzen (PDT) e Ademir Bier (PMDB) assumem postos na nova Mesa Diretora, de resto igual a de 2011.

Um fato significativo é Artagão Júnior (PMDB) permanecer na vice-presidência do Legislativo, pois ele ganhou mais força na articulação política com a indicação de seu pai, Artagão de Mattos Leão, para a presidência do Tribunal de Contas (TC) do Estado

até 2014. O político também despontou como liderança dentro do PMDB, dividido após quatro meses de negociação infrutífera com o Palácio Iguazu por mais espaço no primeiro escalão.

Outra dificuldade anunciada para 2013 é a vaga de Hermas Brandão no TC, pois ele se aposenta compulsoriamente em maio. Nos bastidores, era certa a ida de Plauto Miró (DEM) para o tribunal, favorecendo o PMDB, que comandaria também a 1ª secretaria (espécie de prefeitura da AL, que em 2013 terá orçamento próximo dos R\$ 800 milhões).

03 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

O abismo entre o povo e o Senado

*A eleição do
peemedebista
deve ser
considerada um
atraso para a
democracia brasileira*

Citando um caso mais recente, na Alemanha, um presidente da república renunciou ao cargo em decorrência de escândalos de favorecimento político. Lembrando outros exemplos recentes, na Inglaterra, um parlamentar também renunciou após ser acusado de falsificar faturas de despesas e, nos Estados Unidos, outro deputado acabou dizendo adeus à vida pública por ter deixado vaziar na internet uma foto dele, sem camisa, supostamente enviada para um site de namoro. No Brasil, o que acontece com um político cujo nome remete a escândalos sexuais e está sendo acusado pelo Ministério Público de três crimes? Ele acaba "promovido" a presidente do Senado Nacional e ainda recebe os cumprimentos da presidente da República por meio de um telefonema.

Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, foi eleito antontem para dirigir o Senado, cinco anos depois de ter renunciado à presidência da mesma Casa para escapar da cassação. Na época, ele era acusado de pagar pensão à filha que teve com a ex-

amante, Mônica Veloso, com o dinheiro do lobbista de uma empreiteira. Como acontece em um país acostumado com escândalos políticos, a amante de corpo escultural ainda foi capa da Revista Playboy.

O Senado, que tem a responsabilidade de zelar pelos direitos constitucionais do povo, ignorou um protesto digital com 320 mil "assinaturas" que circulou na internet e elegeu, com 56 votos o político acusado pela Procuradoria-Geral da República dos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e peculato (usar cargo público para obter vantagem). Se a indicação de um nome tão controverso para disputar a presidência do Senado já foi um desrespeito a um País que acaba de aprovar a Lei da Ficha Limpa, a eleição do peemedebista para comandar a Casa deve ser considerada um atraso para a democracia brasileira. É evidente a discordância entre os anseios da população e os interesses dos senadores. Se os congressistas não se escondessem atrás do voto secreto, o resultado certamente seria diferente.

04 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Novo presidente da OAB-Londrina toma posse

Eleita em novembro do ano passado com cerca de 90% dos votos válidos, a nova diretoria da OAB-Londrina toma posse hoje, com o Conselho da Subseção e os representantes de comarcas. A solenidade está marcada para as 19 horas, na sede da entidade.

Além do presidente da OAB-Londrina, Artur Piancastelli, a nova diretoria é composta por Vânia Queiroz, na vice-presidência, Flávio Caetano de Paula, como secretário-geral, Renata Cristina Alencar Silva, como secretária-adjunta, e Nelson Sahyun Jr. como tesoureiro.

Piancastelli tem uma longa história de atividades ligadas à Ordem dos Advogados do Brasil. Logo após se formar em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, há cerca de 20 anos, ele passou a ter participação ativa na OAB, inicialmente como membro do Núcleo Jovem. Passou por diversas comissões, foi membro da Escola Superior da Advocacia (ESA), da diretoria executiva, do Conselho Estadual e, por último, como vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

Metas

O mandato da diretoria da OAB segue até 31 de dezembro de 2015. Em relação às demandas dos advogados, para os três anos de gestão, a nova diretoria tem como metas lutar pela valorização da advocacia e respeito aos profissionais, intensificar a atuação do recém-criado Disque Prerrogativas, defender a ética e a concorrência saudável, combatendo o exercício ilegal da profissão e a captação de clientela por parte de empresas que atuam à margem do Estatuto do Advogado, ampliar o número de cursos da ESA, para possibilitar o constante aperfeiçoamento profissional e realização de convênios com universidades e cursos de especialização e pós-graduação, viabilizando descontos e a participação sobretudo dos advogados em início de carreira.

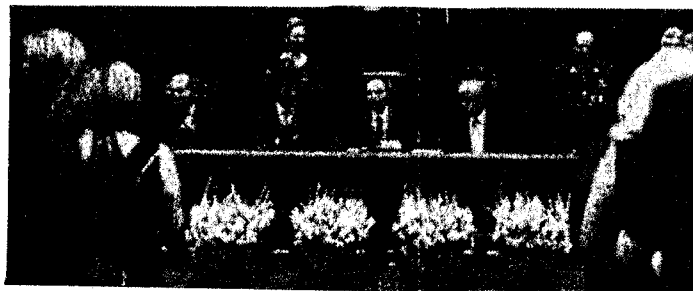
04 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO
POSSE

Camargo assume comando do Judiciário

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo, tomou posse na última sexta-feira como presidente do Tribunal de Justiça. Ele assume o mandato de dois anos para o biênio 2013/2014. Também foram empossados os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Dulce Maria Sant' Eufêmia Cecconi, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Eugênio Achille Grandinetti, eleitos 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e corregedor da Justiça, respectivamente.

O novo chefe do Judiciário paranaense chega à presidência do tribunal depois de 39 anos de carreira jurídica, sendo 21 dedicados ao Ministério Público e 18 no Judiciário. No MP, Camargo foi procurador de Justiça e integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Já no Poder Judiciário, foi nomeado ao cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada e esteve à frente da presidência daquela Corte de fevereiro de 2002 a setembro de 2003.



A nova cúpula do TJ paranaense que tomou posse na sexta

04 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Kfouri Neto inaugura Fórum de Tamandaré

Em um dos seus últimos atos como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o desembargador Miguel Kfouri Neto, conduziu na quinta-feira da semana passada, a inauguração do novo Fórum do Foro Regional de Almirante Tamandaré.

O ainda presidente do TJ-PR afirmou sentir-se contente em inaugurar o novo prédio. "No início da minha gestão vim aqui pessoalmente verificar as condições precárias de atendimento à comunidade no antigo prédio do Fórum. E hoje, nesta breve e singela solenidade, no último dia da minha gestão, me sinto gratificado de aqui estar novamente para entregar esta edificação ao povo de Almirante Tamandaré".

Por sua vez, a juíza diretora do Fórum, Inês Marchalek Zarpelon, enfatizou que a entrega da obra representa um marco da convergência de esforços para a melhoria da qualidade de serviços prestados à população. "E esta população, tem para com o senhor, desembargador Kfouri, uma eterna dívida de gratidão por todas as melhorias implantadas neste Foro Regional. Tenha certeza que o legado que nos deixa é grandioso e sua gestão será inesquecível", concluiu a magistrada.

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Omissão

A omissão por parte do segurado de informar sobre doença preexistente, não isenta a seguradora de pagar a indenização em caso de morte, se a causa direta do óbito tiver sido outra, ainda que a doença preexistente tenha contribuído para agravar o estado de saúde do segurado. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Custas

Os conselhos fiscalizadores de exercício profissional não têm direito a isenção do pagamento de custas processuais. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

Alcoolismo

Empregado dependente de álcool não pode ser dispensado, com ou sem justa causa. De acordo com a jurisprudência consolidada do TST, o alcoolismo é doença crônica, que deve ser tratada na vigência do contrato de trabalho.

Má-fé

Advogado, acusado de litigância de má-fé juntamente com o seu cliente, deve ter a sua responsabilidade apurada em ação própria. O entendimento é do TST.

Competência

Compete a justiça comum, e não a justiça militar, julgar os casos em que policiais militares são acusados de abuso de autoridade. O entendimento é da 2ª Câmara Criminal do TJ do Espírito Santo.

Caso

Funcionária de uma transportadora, que foi demitida por namorar um gerente da empresa, vai receber uma indenização de danos morais no valor de 50 mil reais. A decisão é da 1ª Turma do TRT da 17ª Região, que entendeu que a demissão foi arbitrária e discriminatória, pois não existia na empresa nenhuma regra interna proibitiva de relacionamento entre dois empregados. Além disso, entre eles não havia relação de hierarquia e o relacionamento ocorria fora da empresa, sem causar prejuízo à imagem do empregador.

Facebook

Em liminar, o juiz da 1ª Vara Cível de Sorocaba-SP, decidiu que o Facebook também é responsável por conteúdo ofensivo postado por seus usuários.

Previdência

Acontece em Gramado - RS, nos dias 29 e 30 de abril, O XIX Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário. Promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), no Simpósio serão discutidos temas teóricos e práticos que fazem parte do cotidiano de quem atua na área. As inscrições estão abertas. Informações: e-mail eventos@ibdp.org.br / telefones: (41) 2106 6730 e 2106 6732.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 470 do STJ

— O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

04 FEV 2013

04 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

40 mil mortes por ano

*Roney Rodrigues Pereira

Segundo as estatísticas oficiais, morrem no Brasil mais de 40 mil pessoas por ano vítimas de acidentes trânsito. É uma guerra que está sendo perdida e que não parece ter fim. Os motivos, exaustivamente demonstrados pela mídia são conhecidos: excesso de velocidade, imperícia dos motoristas e embriaguez ao volante.

É um problema de difícil solução, mas que precisa ser enfrentado com mais determinação e coragem. Não bastam campanhas publicitárias esporádicas, alguns poucos radares e um número limitado de policiais rodoviários perdidos em alguns pontos longínquos das rodovias.

Vários especialistas se dedicam a estudar o problema e apontar soluções. Mas quase nada acontece. Tudo fica esquecido até que ao final do próximo feriado prolongado as manchetes dos principais veículos de comunicação gritarão: aumenta o número de mortes nas estradas em todo país.

Os governos, eleitos pelo povo para, entre outras coisas, estabelecer regras de convivência social, têm de manter o difícil equilíbrio entre assegurar às pessoas o maior grau de liberdade possível e limitar vontades individuais em favor do coletivo. Dito isso, uma questão pode ser levantada: por que permitir que se fabriquem carros que andam a 150, 200, 250 ou 300 km por hora, se o limite de velocidade permitido nas rodovias brasileiras é de 110 km por hora? Sequer temos rodovias com infraestrutura suficiente para velocidade superior.

Atualmente existem diversas tecnologias capazes de limitar a velocidade dos carros antes de serem colocados no mercado. Basta o governo enfrentar a poderosa indústria automobilística e também a vaidade daqueles de defendem o sagrado direito de comprar o carro que quiserem, com seus motores potentes, que quase voam, embora não possam, legalmente, em nenhuma rodovia do país, ultrapassar o limite de 110 km por hora. Outro aspecto é que infelizmente a cultura do brasileiro ainda é aquela de que quanto mais possante o carro maior seu status na sociedade. Carro para muitos ainda é símbolo de poder.

A vida em sociedade exige regras bem definidas. É o chamado "contrato social", onde todos concordam em deixar de fazer algo que gostariam pelo bem da maioria. Em nome desse "contrato" não se pode fumar em lugares fechados; menores de 18 anos não podem dirigir automóveis; não se pode dirigir depois de ter ingerido bebida alcoólica; todos são obrigados a pagar os impostos criados por lei, etc, etc. Então, limitar a velocidade de todos os carros que circulam no país em 110 km por hora também pode ser uma cláusula desse "contrato", cujo objetivo será poupar milhares de vidas todos os anos. Basta a concordância das partes.

•O autor é advogado

04 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Bem de família

***Roberto Victor
Pereira Ribeiro**

Juridicamente falando considera-se bem de família o imóvel ou um objeto móvel que seja de extrema importância para albergar e auxiliar a subsistência e o cotidiano da entidade familiar.

É cediço que estes bens são de natureza impenhorável, ou seja, não podem ser alvo de disputas em demandas judiciais. A Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, conferiu ao bem de família o caráter de impenhorabilidade.

Por exemplo, o imóvel que a família habita, seja próprio do casal ou da entidade familiar, jamais poderá ser penhorado por motivo de dívidas contraídas por nenhum dos entes da família. Há, no entanto, exceções a este ditame. Todas, diga-se de passagem, prescritas no art. 3º da supracitada lei.

Compreendem-se como bem de família os bens designados no parágrafo único do artigo primeiro da Lei 8.009/90: "A impenho-

rabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados."

Faz-se mister ressaltar que considera-se residência o imóvel em que o casal ou a entidade familiar tem moradia permanente.

Na situação do casal ou da entidade familiar possuir mais de um imóvel usado como residência, a impenhorabilidade se sujeitará ao imóvel de menor valor, salvo se outro imóvel houver sido registrado em cartório com este fim.

Entretanto, em ares de recência, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que a impenhorabilidade se estende ao único bem do devedor, mesmo que o imóvel não esteja em sua posse, ou seja, encontre-se alugado ou arrendado. Entende-se, desta forma, que a renda auferida dos alugueres ou do arrendamento é de extrema necessidade para que o casal ou a

entidade familiar possa se manter ou até mesmo pagar o aluguel de outro imóvel ao qual residam.

Não pode ser olvidado que tal situação de exceção deverá ser comprovada, demonstrando, assim, que a renda auferida é usada completamente na manutenção da família ou para pagar o aluguel da residência onde habitam.

Destarte, posiciona-se a jurisprudência nacional:

"Penhora – Bem de Família – Execução por título extrajudicial – Cheque – Penhora de propriedade do executado – Reconhecimento de que se trata de bem de família – Alegação de que o referido imóvel, ainda que locado para terceiros, visa garantir a subsistência da família. Impenhorabilidade mantida. (TJSP – Agl nº 0173772-24.2011.8.26.0000 / Rel. Des. Jacob Valente).

** O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito*

Juiz

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decide quarta-feira se anula o afastamento cautelar do desembargador Alceu Penteado Navarro, alvo de investigação sobre supostos desvios de recursos da corte em benefício próprio — entre 2008 e 2010, na presidência da Comissão de Orçamento e Finanças do TJ, ele autorizou a liberação de R\$ 613 mil para sua própria conta, verba relativa a férias e licença prêmio acumulados. Navarro é presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo.

Feliz 2012

Apesar de iniciar um novo ano, os deputados terão que se ocupar com alguns assuntos que ficaram pendentes do ano passado. A lista inclui um pacote de projetos de iniciativa do Judiciário e do Ministério Público Estadual (MPE) que previa a criação de 125 cargos de desembargadores, outros 175 cargos de assessores de desembargadores e outros 154 cargos para o Ministério Público Estadual. Os projetos chegaram a entrar na pauta de votação do final de 2012, mas foram adiados por falta de acordo.

JORNAL DO ÔNIBUS

Clayton Camargo assume a presidência do TJPR

Em solenidade na noite de sexta-feira, o desembargador Clayton Coutinho de Camargo tomou posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). O novo chefe do Judiciário chega à presidência do TJPR depois de 39 anos de carreira jurídica, sendo 21 dedicados ao Ministério Público do Paraná e 18 no Judiciário paranaense, ocupando uma vaga pelo Quinto Constitucional.

No Ministério Público Estadual, Camargo foi procurador de Justiça e integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Já no Poder Judiciário, foi nomeado ao cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada e esteve à frente da presidência da Corte de fevereiro de 2002 a setembro de 2003.

Na mesma sessão, foram empossados o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, 1º vice-presidente; a desembargadora Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, 2ª vice-presidente; o desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, corregedor-geral da Justiça e o desembargador Eugênio Achille Grandinetti, corregedor da Justiça.

04 FEV 2013



Camargo falou do relacionamento com os demais poderes em sua posse

04 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Lançada campanha contra abuso e exploração de crianças

A presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Marcia Oleskovicz Fruet, participou do lançamento da Campanha de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval. Promovida pela Prefeitura de Curitiba, a campanha tem como tema "Carnaval é diversão. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Faça parte do bloco do bem.

Denuncie". A campanha será desenvolvida através de ações de abordagem, prevenção e sensibilização da sociedade para a importância da denúncia. Também será feito um "adesivo" em carros e caminhões que trafegam nas rodovias que cortam a cidade. A Prefeitura de Curitiba mantém o estado de alerta para o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes durante todo o ano.

SMCS



Marcia Oleskovicz Fruet, presidente da Fundação de Ação Social, participou do lançamento

04 FEV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ rejeita pedido para executar pena de desembargador

O Superior Tribunal de Justiça indeferiu o pedido do Ministério Público Federal para que fosse expedida guia de recolhimento para início da execução penal da decisão que condenou Paulo Theotônio Costa à perda do cargo de juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e a três anos de reclusão em regime aberto. A decisão do ministro Félix Fischer, presidente do STJ, foi tomada no dia 19 de dezembro de 2012 e publicada nesta sexta-feira (1º/2) no Diário da Justiça Eletrônico.

Na petição ao STJ, o MPF informou que os embargos de declaração apresentados pela defesa do juiz foram rejeitados pelo Supremo Tribunal Federal, não havendo mais impedimento à execução da decisão. Entretanto, para o ministro Felix Fischer, ainda que tenha ocorrido o julgamento do recurso no STF, ainda não houve a publicação do acórdão, nem a comunicação formal da decisão e a remessa dos autos ao STJ.

Caso

Theotônio Costa foi condenado pela Corte Especial do STJ em outubro de 2008. O juiz estava afastado de suas funções desde 2003, por decisão do STJ. De acordo com a acusação, na década de 1990, Theotônio Costa distribuiu para si, fraudulentamente, um recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo banco Bamerindus no TRF-3. Ele reteve o recurso e, assim, manteve válida decisão judicial que garantia ao Banco Bamerindus receber R\$ 150 milhões do Banco Econômico, que à época se encontrava em processo de liquidação.

O ESTADO DE S. PAULO

MIGUEL REALE JÚNIOR

Não é guerra, mas parece

Só a ação integrada de diversos setores pode minimizar o quadro trágico da violência

02 FEV 2013

Em recente pesquisa, 90% dos paulistanos consideraram a cidade de São Paulo insegura e revelaram medo. A violência passou a ser um componente do cotidiano. Na sociedade globalizada, graças aos meios de comunicação a percepção da violência prescindiu da experiência pessoal, generalizando o sentimento de intranquilidade no meio social.

Dados demonstram – tendo sempre por referência o número de homicídios por 100 mil habitantes – que passamos de 11,7 homicídios em 1980 para 25 na década de 90. Na mesma época, o índice em países vizinhos como Argentina, Paraguai, Chile era de 5 homicídios. Na Inglaterra e na França, apenas 1.

Em 2000 registraram-se 26,7 homicídios e a década terminou com número próximo ao de seu início: 26,2. De 2004 a 2007 foram assassinadas mais pessoas no Brasil do que todas as mortas nos 12 principais conflitos armados pelo mundo afora. Esses números, todavia, indicam os homicídios cometidos, mas não a agressividade voltada para a destruição da vida, pois as estatísticas desconsideram as ações frustradas visando a matar.

Estudo de Júlio Waiselfisz, do Instituto Sangari, traz o Mapa da Violência no Brasil na década de 2000-2010. No início dessa década, Estados que ostentavam níveis moderados apresentaram crescimento severo, como Alagoas, Pará ou Bahia. Por outro lado, a maior parte dos Estados que lideravam as estatísticas tiveram quedas significativas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Comparando as taxas de homicídios de 2000 e de 2010, verifica-se que houve intensa mobilidade da criminalidade, com a interiorização do crime, diante do incremento do número de homicídios nas cidades com cerca de 100 mil habitantes.

No Estado do Rio de Janeiro alcançou-se em 2010 uma redução de 48,6% no número de homicídios, em São Paulo houve uma diminuição de 67,5%. Enquanto isso, a Bahia sofreu aumento dos casos, com acréscimo de 303%, e o Pará apresentou crescimento de 252%.

A grande sensação de insegurança dos paulistanos exige que se façam ponderações. São Paulo apresentou ao longo do tempo formas variadas de violência contra a pessoa. Para sociólogos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em 1980 cerca de 30% dos homicídios noticiados pela imprensa na cidade decorriam de atos de linchamento, principalmente, executados em frente à sede de órgãos estatais, em demonstração cabal de desconfiança e de afronta ao poder constituído.

A partir de 1985 adicionou-se outra modalidade de violência, consistente no homicídio praticado por grupos de extermínio.

Na década de 90 nova forma de violência contra a pessoa passou a prevalecer: a chacina. Em 1999 houve 75 chacinas, com 257 mortos. A ação homicida não se limita a uma determinada pessoa. Rompidos são todos os interditos e, se preciso, vitimam-se crianças, mulheres e idosos. Ou seja, todos, indistintamente, os que estejam ao lado do alvo desejado. A chacina revela grau elevado de desprezo à vida,

explicável apenas diante da imensa desorganização social na periferia das cidades e da ausência do poder público.

As chacinas passaram a ser cuidadosamente investigadas, descobrindo-se os autores, em geral assassinos de aluguel, muitas vezes policiais a serviço de mandantes que agiam por motivo irrelevante. Caiu, então, a incidência da chacina.

Hoje a atmosfera de insegurança é grande, malgrado ter havido significativa diminuição da criminalidade, como antes sinalizado. Mas vale verificar alguns números: no terceiro trimestre de 1999 ocorreram mais de 3 mil assassinatos e mais de 2 mil tentativas, mas, em 2011 o terceiro trimestre registrou “apenas” 1.055 homicídios e 1.261 tentativas. É certo, contudo, que recrudescceu o número de homicídios no terceiro semestre de 2012, com aumento de 10% dos casos. Em outubro de 2012 o fenômeno foi mais grave: houve 150 homicídios e 160 tentativas na cidade de São Paulo, enquanto, no mesmo mês de 2011, foram 78 homicídios e 102 tentativas. A chacina também retornou: no ano passado houve 27 casos, tendo sido apurada a autoria de apenas um.

Há outro dado relevante: no terceiro trimestre de 2011 foram mortas pela Polícia Militar (PM), em confronto, 92 pessoas, mas no mesmo trimestre de 2012 morreram por ação da PM 140 pessoas no Estado de São Paulo. Policiais, em especial fora de serviço, também foram mortos. Criou-se um clima de guerra que pode explicar a sensação de insegurança atual.

CONTINUA

02 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A volta da chacina pode decorrer da falta de apuração pela Polícia Civil. A crescente violência policial é fruto de descontrole sobre a tropa de policiais militares. Esses são fatores em parte explicativos do aumento dos homicídios. Assim, age com acerto o novo secretário da Segurança ao pretender modernizar, com trabalho de inteligência, o Departamento de Homicídios e ao proibir que vítimas de confronto com a PM sejam levadas ao hospital pelos policiais, visando a preservar a cena do fato.

O palco da violência, a realidade dura das periferias, porém, pouco mudou. Assim, é relevante que se implantem, em conjunto com as secretarias da área social, políticas de transformação e de humanização da periferia das cidades médias e grandes. Algumas dessas medidas: dinamizar os Centros de Integração do Cidadão, levando a Justiça ao povo, com juizes, promotores, defensores públicos e policiais perto e a serviço da população pobre; realizar mutirões para orientação jurídica e mediação de conflitos; criar centros de convivência e de cultura; organizar a prática de esportes; integrar a escola à comunidade; garantir a presença de médicos nos postos de saúde e determinar o fechamento de bares a partir das 22 horas, quando mais grassa a violência.

Só a ação integrada de diversos setores pode minimizar o quadro trágico da violência, que nos joga no Terceiro Mundo, com índices de criminalidade superados, na América, apenas pela Colômbia.

ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

02 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Deputado defende auxílio-moradia, suspenso pela Justiça

Demarchi, 2º secretário da Assembleia, diz que benefício é 'coisa antiga' e trata-se de 'justiça com quem vem do interior'

O deputado Aldo Demarchi (DEM), 2.º secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo, declarou ontem que o auxílio-moradia pago a ele e a seus pares "é uma coisa antiga". Segundo ele, o benefício não foi criado pela atual cúpula do Legislativo paulista.

Demarchi apoia o pagamento, especialmente para os parlamentares que residem em cidades distantes da sede da Assembleia. "Acho que teria que ter uma diferença. Quem comprovar que não tem moradia (*na capital*) até poderia ser ressarcido. Ele (*deputado*) vai tirar do salário para pagar uma coisa que está fora de casa?"

Na quarta-feira, a Justiça determinou à Assembleia "imediate suspensão" do auxílio-moradia. A ordem partiu do juiz da 13.ª Vara da Fazenda Pública, Luís Manuel Fonseca Pires, que concedeu tutela antecipada em ação civil do Ministério Público do Estado. O bloqueio liminar do benefício terá de ser acatado pela Mesa Diretora da Assembleia, que alega ainda não ter sido notificada da decisão judicial.

O Ministério Público estima que o privilégio custa R\$ 2,5 milhões todo ano para os cofres públicos. Os parlamentares recebem R\$ 2.250 por mês, cada um - verba embutida no subsídio - indiscriminadamente, ou seja, todos são contemplados, mesmo aqueles que moram perto do Palácio Nove de Julho, sede do Legislativo, no Ibirapuera.

A Mesa decidiu se reunir na terça-feira para discutir que medidas poderá adotar. "Nós não recebemos (*notificação da Justiça*). Conversei com o presidente (*Barros Munhoz, do PSDB*). A nossa procuradoria vai fazer uma análise."

● Regalia

R\$ 2.250,00

é o valor pago pela Assembleia mensalmente aos 94 deputados estaduais, a título de auxílio-moradia. O benefício é dado inclusive aos parlamentares da capital

O alvo da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social é a Mesa Diretora. A ação aponta inconstitucionalidade do artigo 1.º da Lei 14.926, de 4 de janeiro de 2013 - que fixa a remuneração dos deputados paulistas - porque invoca o Ato 104/88 da Câmara dos Deputados para assegurar o privilégio.

Demarchi admite uma revisão na lei. "Acho que poderia até ser revisto para quem não declara imóvel. Todos nós somos obrigados a declarar patrimônio. É uma justiça de quem vem do interior." Ele avalia que "o Ministério Público está no papel dele", mas sai em defesa da verba extra. "Nós temos uma despesa, quando a gente fica em São Paulo a gente tem uma despesa. Principalmente quem não tem o imóvel ou quem mora de favor. Acho que o cara que mora em Santa Fé ou em Presidente Prudente e fica a semana toda aqui vai ter que despender alguma coisa, ficar em hotel."

O deputado faz uma comparação. "Normalmente as empresas ressarcem o funcionário quando está fora, não é? Infelizmente as pessoas estão muito incrédulas", afirmou Demarchi. "Você fala de ficha limpa, ficha suja. O Renan (*Calheiros, eleito presidente do Senado*) renuncia para não ser cassado e agora é reconduzido pra comandar a maior Casa de leis do País, pô? É um tapa na cara da população."

02 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz prorroga por 30 dias prisão de donos da boate e de músicos

Justiça alega que, segundo testemunhas, comportamento dos quatro acusados resultou em homicídio qualificado

Na madrugada de ontem, o juiz plantonista de Santa Maria (RS), Regis Adil Bertolini, de Santa Maria, concedeu a prorrogação da prisão temporária por 30 dias dos dois sócios-proprietários da boate e dos dois músicos da banda. A prorrogação foi concedida com a apresentação de novas declarações de testemunhas, que indicaram que o comportamento dos quatro envolvidos pode ter dado causa o homicídio qualificado por asfixia.

Com relação ao sócio Mauro Hoffmann, o juiz destacou afirmações de que ele sabia e acompanhava tudo o que se passava no estabelecimento.

Para a Polícia Civil de Santa Maria, os donos da boate Kiss e os dois membros da banda que tocou na madrugada do incêndio, assumiram o risco de matar. A informação foi dada ontem pelo delegado Sandro Meinerz, um dos responsáveis pela investigação. "Todas as evidências e provas testemunhais apontam de forma inequívoca de que eles agiram de muitas maneiras, assumindo o risco da produção de um resultado."

Segundo o delegado, mais de 70 testemunhas já foram ouvidas. Pelos depoimentos e pelas provas colhidas no local do incêndio, os proprietários da casa falharam o quesito segurança.

"Sobre a questão do dolo eventual, podemos imputar claramente aos proprietários pela falta de segurança, que ficou evidente." De acordo com Meinerz, apenas três extintores de incêndio foram encontrados dentro da boate Kiss.

Capacidade. Além disso, conforme documentação entregue ao Corpo de Bombeiros anteriormente, a boate tinha capacidade para cerca de 640 pessoas e, segundo relatos, havia muito mais gente. Sobre a responsabilização dos dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira, está provado, segundo Meinerz, que o vocalista Marcelo de Jesus dos Santos e o técnico de palco Luciano Augusto Bonilha Leão "manusearam indevidamente material que não poderia ter sido utilizado" no local.

03 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Afronta à Constituição

O direito à livre expressão, consagrado na Constituição, tem sido ignorado em sucessivas decisões de juízes de primeira instância, tomadas principalmente contra veículos de comunicação. Mesmo posteriormente reformadas em tribunais superiores, essas sentenças causam prejuízo à imprensa e, em especial, à sociedade, que se vê privada dos instrumentos para formar sua opinião sobre os problemas do País e sobre a atuação das autoridades. Longe de serem casos isolados ou anedóticos, trata-se de um sintoma de enfraquecimento da democracia.

Uma pesquisa da Associação Nacional de Jornais (ANJ) constatou que, no ano passado, houve 11 decisões judiciais que determinaram censura à imprensa. Em cinco anos, foram nada menos que 57 casos. A banalização do uso de instrumentos judiciais para impedir a livre circulação de ideias e informações levou Carlos Ayres Brito a criar em novembro passado, às vésperas de se aposentar como ministro do Supremo Tribunal Federal, o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa no Conselho Nacional de Justiça. A intenção é ter um centro de documentação e de dados para observar e debater as ações da Justiça contra jornalistas. O Fórum não terá poder para impedir o exercício da censura, mas pretende verificar se os processos judi-

ciais estão de acordo com a decisão do Supremo de revogar, em 2008, a Lei de Imprensa e, com ela, todos os instrumentos que permitiam calar os jornais e os jornalistas. Até agora, a entidade não fez nenhuma reunião nem seus integrantes foram escolhidos – haverá representantes do Judiciário e dos veículos de comunicação. A urgência de alguma ação contra esses atentados a cláusulas constitucionais pétreas é, no entanto, evidente.

Não contentes em determinar a supressão de informações e de opiniões, o que já é, em si; uma violência, alguns juízes parecem dispostos a também estabelecer os procedimentos editoriais que devem ser seguidos pelos veículos dali em diante. A juíza Ana Cláudia Rodrigues de Faria Soares, da 6.^a Vara Cível de Vitória (ES), obrigou o jornal digital *Século Diário* a excluir três reportagens e dois editoriais a respeito do promotor de Justiça Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, suspeito de irregularidades. Em sua decisão, a magistrada disse que estava “assegurado aos réus o direito de expressão”, mas, caso resolvessem publicar algo sobre o promotor, deveriam observar “as seguintes recomendações”: se fossem criticá-lo, teriam de evitar “adjetivações pejorativas ou opiniões desfavoráveis que extrapolem os limites da crítica literária, artística ou científica”; deveriam “limitar-se a narrar os fatos”; e teriam de “proceder com imparcialidade e isenção”. Trata-se de uma evidente afron-

ta ao direito de opinião.

Um episódio semelhante ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o *Jornal do Povo*, de Cachoeira do Sul, teve de eliminar de seu site uma reportagem, às vésperas da eleição no ano passado, sobre uma investigação do Ministério Público acerca de suposta compra de votos. O pedido de censura foi feito pela coligação eleitoral suspeita. Em seu despacho, a juíza Lillian Ritter considerou que, “em tese”, a reportagem seria “caluniosa e inverídica”, embora se tratasse de um trabalho jornalístico a respeito de um processo real.

Há casos, também, em que a decisão judicial é seguida de violência. Foi o que aconteceu com o *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul. Em agosto de 2012, a juíza Elisabeth Baisch, da 36.^a Zona Eleitoral, proibiu o diário de circular caso estivesse publicando uma pesquisa de intenção de voto para prefeito de Campo Grande. A Associação Brasileira de Imprensa noticiou que o *Correio* chegou a ser invadido por policiais dispostos a verificar, página por página, se o jornal trazia a tal pesquisa.

A violência somam-se situações kafkianas, como a censura aos veículos do Grupo Estado, que edita este jornal, impedidos desde julho de 2009 de publicar informações sobre o processo a que responde um filho do senador José Sarney. Que outra explicação podem ter casos como esses, senão o de que há juízes com cacoete autoritário, que ignoram o que vem a ser interesse público?

03 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Crivo

Nancy Andriighi, do STJ, lançou proposta: estabelecer critérios prévios para a escolha do corregedor nacional de Justiça – cargo que ganhou fama na gestão **Eliana Calmon**. Entre eles, não se candidatar a nenhum outro posto.

Por quê? Evitar que o cargo seja usado como barganha para virar presidente do tribunal em que atue. Resta saber se a ideia vai ser aceita.

CANA DE AÇÚCAR Trabalho escravo em SP é alvo da Justiça

A Justiça Federal de Jales (SP) abriu processo contra dois empresários hondurenhos e um sócio brasileiro. Eles são acusados de manter 24 trabalhadores rurais em regime análogo ao de escravidão em plantações de cana de açúcar dos municípios de Urânia, São Francisco e Fernandópolis, na região Noroeste do Estado de São Paulo.

O ESTADO DE S. PAULO

FELIPE EVARISTO DOS SANTOS GALEA

Processo eletrônico e o custo Brasil

04 FEV 2013



Frequentemente a atuação do Judiciário é apontada por empresários e economistas como entrave para o desenvolvimento mais acelerado do Brasil e um dos motivos da sua baixa competitividade em comparação a outros países, muito por conta da demora na resolução de conflitos, inclusive empresariais. Durante o litígio judicial, contratos ficam em suspenso e investimentos acabam cancelados ou adiados, gerando insegurança jurídica. O próprio risco de existir um processo judicial e precisar arcar com as consequências disso é levado em conta por empresários ao tomarem decisões estratégicas de negócios no País.

Parte relevante dos grandes litígios empresariais já migrou para a arbitragem – forma alternativa de resolução de conflitos em que uma pessoa ou grupo de pessoas eleitas pelas partes decidem com a mesma autoridade de um juiz togado. Um dos pretextos é justamente a celeridade do processo arbitral, que pode ser resolvido em, em média, no período de seis meses a um ano, dependendo do caso.

O tempo de prestação da Justiça é preocupação tão importante que a Emenda Constitucional nº 45/2004 adicionou aos direitos fundamentais do artigo 5º da Constituição da República a previsão da razoável duração do processo e dos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Assim, adotando o discurso de, dentre outros benefícios, facilitar e agilizar o trâmite dos processos – e pautado em uma Lei Federal de 2006 – o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) colocou em prática o Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento (PUMA), pelo qual pretende implantar um sistema informatizado único de controle e ampliar o número de varas digitais.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

04 FEV 2013

O TJSP pretende que, até o final de 2013, todas as unidades judiciais do Estado funcionem digitalmente. Já em fevereiro deste ano, as 45 varas cíveis do Fórum Central João Mendes Júnior, o mais movimentado de São Paulo e que concentra grandes litígios empresariais judiciais, deverão estar dotadas de sistema informatizado de controle de processos. Advogados, juízes, empresários e todos os demais cidadãos precisarão se adaptar e receberão os benefícios de um novo mundo jurídico. As petições, os documentos e atos processuais em geral serão realizados por meio eletrônico, sem necessidade de se levar a um local físico toneladas de documentos que lotam as estantes dos fóruns e tribunais. Isso significa que, exceto para atos pontuais como audiências presenciais, os advogados não precisarão levantar de suas cadeiras, e bastará um computador para os juízes exercerem as suas atividades.

Agilidade. O trabalho rotineiro de funcionários de cartórios judiciais também tende a ser melhor aproveitado. Como o protocolo, a distribuição e a organização de petições eletrônicas poderão ser feitos automaticamente, o Judiciário não precisará destacar funcionários para receber, autuar e numerar milhões de processos e documentos, atividades burocráticas frequentemente acumuladas e que impedem a tramitação de um processo em tempo razoável.

Somam-se a isso outras providências de Legislativo e Judiciário nos últimos anos para agilizar e dar efetividade ao processo judicial. Assim, por exemplo, desde 2005, os juízes podem, de sua própria mesa de trabalho, bloquear de forma on line valores em contas de devedores. Antigamente, os juízes enviavam cartas ao Banco Central com pedidos de informações de contas e este as repassava aos bancos, que respondiam também por escrito aos juízes, e só então se ordenava o bloqueio de valores, novamente por ofícios físicos.

Mais recentemente, em 2011, o TJSP determinou que, em alguns tipos de recursos e desde que não houvesse oposição dos advogados das partes, os julgamentos seriam virtuais, mediante um sistema de automação, sem reunião de magistrados para manifestarem suas decisões, poupando valioso tempo dos profissionais, embora a prática seja polêmica por sua menor publicidade.

Com essas providências, dentre outras, realmente se espera menor duração nos processos e maior prestígio do Judiciário perante a sociedade. A se confirmar essa expectativa, a Justiça ficaria também mais barata, pois com o processo judicial demandando menos tempo, diminuem os custos com a sua manutenção, para o Estado e para as partes. Não restam dúvidas de que a confiança na agilidade do Judiciário gera um melhor ambiente de negócios no País. A tramitação eletrônica de processos não resolverá individualmente o grave problema da morosidade judicial, mas tende a contribuir para a sua resolução e a diminuição do chamado custo Brasil.

●
É ADVOGADO DO BM&A- BARBOSA, MÜSS-
NICH & ARAGÃO.

04 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TJ vai decidir se anula afastamento de juiz

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decide quarta-feira se anula o afastamento cautelar do desembargador Alceu Penteado Navarro, alvo de investigação sobre supostos desvios de recursos da corte em benefício próprio – entre 2008 e 2010, na presidência da Comissão de Orçamento e Finanças do TJ, ele autorizou a liberação de R\$ 613 mil para sua própria conta, verba relativa a férias e licença prêmio acumulados.

Navarro é presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo. Ele está proibido de exercer suas funções no âmbito do TJ. Em mandado de segurança a defesa pede revogação da punição e o retorno do desembargador às suas funções no tribunal.

O relator do julgamento é o desembargador Xavier de Aquino. O Órgão Especial é colegiado de cúpula formado pelos 12 desembargadores mais antigos, 12 eleitos e o presidente do tribunal.

A sanção preliminar foi decretada em junho de 2012. Por 13 votos a 12, em sessão histórica, foi aberto processo disciplinar contra Navarro e outros dois desembargadores, Fábio Gouvêa e Tarcísio Cotrim, também sob suspeita de ato de improbidade porque receberam valores superiores a R\$ 600 mil, nas mesmas condições – estes, no entanto, não foram afastados.

A defesa de Navarro argumenta que a medida violou “direito líquido e certo” e a inamovibilidade da toga, que a Constituição garante. Em 14 páginas o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, que representa o desembargador, sustenta que o verdadeiro

objetivo, “às escâncaras”, era mesmo alijar Navarro da Justiça Eleitoral, destituiu-lo da presidência do TRE – a medida chegou a ser ordenada, mas o Tribunal Superior Eleitoral a vetou.

Affonso Ferreira destaca que três ofícios foram enviados ao TRE almejando a remoção de Navarro da presidência, “evidenciando desprezo à autonomia institucional do Judiciário Federal”. Incomoda o experiente advogado “tratamento discriminatório”. Ele avalia que o TJ tomou decisão acertada ao preservar em seus postos os desembargadores Gouvêa e Cotrim. Mas errou ao tirar a cadeira de Navarro.

Affonso Ferreira assinala que o TJ não contesta a origem do crédito pago a Navarro.

Ele adverte que o acórdão administrativo que impôs o afastamento “valeu-se de ofensivas e gratuitas presunções”. “Nem houve preocupação em apontar por qual razão Navarro colocaria sob risco o expediente disciplinar.”

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO



TJ empossa Camargo na presidência

A nova cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná tomou posse no fim da tarde de ontem, na sede do órgão público. O desembargador Miguel Kfourri Neto deu lugar a Clayton Coutinho de Camargo, que ocupa a presidência do tribunal no biênio 2013-2014. Desembargador desde 2003, Camargo emocionou-se ao declarar que ocupar a presidência do TJ era "a maior honraria concedida a um magistrado em seu estado", e lembrou a memória de seu pai, Heliantho Guimarães de Camargo, que esteve no cargo entre 1981 e 1982. Junto de Camargo, também foram empossados o 1º vice-presidente, Paulo Roberto Vasconcelos, a 2ª vice-presidente, Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, o corregedor-geral da Justiça, Lauro Augusto Fabrício de Melo, e o corregedor da Justiça, Eugênio Achille Grandinetti.

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO
**Barbosa defende
independência
do Judiciário**



Joaquim Barbosa: pedido de "justa remuneração" aos servidores do Judiciário.

"A plena vigência do Estado Democrático de Direito implica uma separação de poderes equilibrada e em pleno reconhecimento da independência e da autoridade da Justiça. Não há democracia sem Justiça forte."

Joaquim Barbosa, presidente do STF.

CONTINUA

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ao retomar trabalhos do STF, presidente da corte disse que autoridade da Justiça brasileira precisa ser reconhecida

Ao abrir oficialmente os trabalhos do ano, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou ontem que, na democracia, a autoridade e a independência da Justiça precisam ser reconhecidas. Ele defendeu um "Judiciário neutro, alheio a práticas estrutural e processualmente injustas".

"A plena vigência do Estado Democrático de Direito implica uma separação de poderes equilibrada e em pleno reconhecimento da independência e da autoridade da Justiça. Não há democracia sem Justiça forte e sem juízes independentes", disse Joaquim Barbosa, sem citar qualquer episódio em que o Supremo tenha batido de frente com integrantes de outros poderes.

Recentemente, o tribunal viveu momentos polêmicos, principalmente em relação ao Poder Legislativo. No caso do mensalão, por exemplo, o atual presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e o favorito para ganhar a disputa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmaram que não cumpririam decisão da corte, que determinou a perda automática do mandato dos deputados condenados no processo em questão.

Problemas também ocorreram no caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), pois o Congresso não atualizou as regras para a distribuição dos recursos, mesmo com decisão do Supremo declarando a legislação atual inconstitucional a partir do dia 31 de dezembro.

Celeridade

Em seu discurso, Barbosa também disse que gostaria que "2013 fosse lembrado no futuro como o ano em que, graças a mudanças tecnológicas e estruturais e de mentalidade, o sistema de prestação jurisdicional brasileiro teria se tornado mais justo, mais racional e mais compreensível".

Barbosa prometeu um "grande esforço" para dar celeridade aos trabalhos do tribunal. "Todo o esforço para termos uma Justiça melhor só trará resultado se tivermos a valorização da figura do magistrado e do papel dos milhares de servidores do Poder Judiciário", disse. "É preciso assegurar-lhes constante aprimoramento técnico e jurídico, segurança no exercício de suas funções e justa remuneração, bem como atuação livre e independente".

O presidente do Supremo afirmou que existem mais de 700 processos prontos para serem julgados e "muitos recursos extraordinários com repercussão geral já reconhecida também à espera de julgamento pelo Plenário".

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO

O Senado traiu o Brasil

Ao escolher Renan Calheiros para a presidência da Casa, 56 senadores endossaram a decadência moral e se mostraram indignos daqueles que os elegeram

Teoricamente, o Brasil vive sob um sistema político a que se dá o nome de democracia representativa. Por meio dele, os eleitores delegam a vereadores, deputados e senadores o poder de decidir em seu nome — o que, em tese, deveria significar que os representantes eleitos — desculpem a redundância — representassem a maioria em relação aos múltiplos aspectos que caracterizam a convivência em sociedade. Seus mandatos se legitimariam se, na atuação como cidadãos e como parlamentares — quer propondo e votando leis quer em relação à própria conduta pessoal —, fossem iguais ou, preferentemente, melhores que a maioria dos eleitores.

A eleição, ontem, de Renan Calheiros (PMDB-AL) para a presidência do Senado desmentiu outra vez a teoria. Ou melhor, confirmou que, na prática, a teoria é bem outra. A acusação de que é autor de três crimes — peculato, falsidade ideológica e utilização de documentos falsos — não importou para que, de um total de 78 senadores presentes à sessão, 56 sufragassem seu nome. Apenas 18 manifestaram repúdio à candidatura ao preferirem votar no pedetista mato-grossense Pedro Taques.

Pelo critério da proporcionalidade, os 70% dos senadores que votaram em Renan Calheiros re-

presentaram a vontade de 70% dos eleitores que lhes deram cadeiras no Senado Federal. Maioria tão expressiva do eleitorado brasileiro teria adotado o mesmo caminho, isto é, de colocar na presidência do Congresso Nacional — instituição que (outra vez em tese) deveria representar a média do pensamento e dos anseios do povo — alguém sem as mínimas credenciais éticas para comandar o Senado? Há sobejas razões para acreditar que a maioria dos senadores não atendeu à vontade popular.

Não se trata de condenar a democracia representativa. Pelo contrário, desde a participação direta do povo na agora grega, substituída depois pela instituição do voto delegatário do povo a representantes escolhidos livremente, afigura-se ainda como o melhor sistema, apesar de todas as suas imperfeições. Ficou famosa a célebre frase de Churchill, concebida com a típica ironia do humor inglês: “A democracia é o pior dos regimes, com exceção de todos os outros”. Mas não vemos a democracia com o sarcasmo do grande líder britânico: ela tem, sim, valores intrínsecos que superam de longe suas deficiências.

Entretanto, chega a configurar uma agressão ao princípio basilar da democracia representativa o descaso com a opinião popular que marcou o retorno de Renan Calheiros à presidência do Senado — cargo que, em 2007, já havia perdido em razão das comprovadas denúncias quanto ao seu condenável comportamento ético. Tão graves os fatos e tão pífios e inúteis foram seus esforços para, à época, se defender das acusações que o senador acabou renunciando ao próprio mandato. O que não deixou de ser uma confissão.

A grande lástima — e aí está uma das imperfeições do sistema representativo — é que a eleição de ontem serviu, outra vez, para reforçar o generalizado desencanto da sociedade com os políticos profissionais eleitos a cada quatro anos: após eleitos, agem como bem entendem e em diametral oposição às juras de boa conduta e de estrito respeito à vontade popular que fizeram para conquistar o voto do povo e bem representá-lo.

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



02 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Em Minas Gerais

Sumido desde que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 40 anos de prisão, acusado de ser o operador do mensalão, Marcos Valério reapareceu ontem de manhã na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Belo Horizonte. Ele permaneceu no local por uma hora e vinte minutos prestando depoimento em inquérito instaurado em São Paulo para apurar uma suposta lista de beneficiários do mensalão mineiro. Valério não quis dar entrevista. Segundo o advogado do empresário, Valério negou a autoria da lista. O documento aponta supostos beneficiários de repasses do mensalão mineiro, como ficou conhecido o processo de caixa-dois na reeleição do ex-governador Eduardo Azeredo, em 1998. Desmembrado, parte do processo está no STF e outra na Justiça Federal em Minas Gerais.

Aliás...

O presidente do STF, o ministro Joaquim Barbosa, vai concluir na próxima segunda-feira sua parte na confecção do acórdão do julgamento do mensalão do PT. A informação foi confirmada ontem pela assessoria de Barbosa. Vários advogados de defesa disseram que estão apenas aguardando o acórdão para entrar com recursos. As informações são da Agência Brasil.

GAZETA DO POVO

» MENSALÃO

Denúncia contra Lula vai para SP

02 FEV 2013

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, decidiu remeter para o Ministério Público Federal que atua na Justiça de 1ª Instância paulista o depoimento no qual o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza sustentou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha conhecimento do esquema do mensalão. O caso será encaminhado para São Paulo até segunda-feira.

No depoimento, prestado em setembro e revelado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Marcos Valério afirmou que o esquema do mensalão ajudou a bancar despesas pessoais de Lula. Os recursos foram depositados, segundo o empresário, na conta da empresa de segurança Caso, de propriedade do ex-assessor da Presidência Freud Godoy, uma espécie de "faz-tudo" de Lula. Como na ocasião o Supremo Tribunal Federal (STF) já estava votando o processo do mensalão, o procurador optou por tomar uma decisão sobre o destino do depoimento do empresário só após a conclusão do julgamento.

Ao deixar o Executivo federal, Lula perdeu o direito ao foro privilegiado, ou seja, deixou de ter a prerrogativa de ser investigado e processado perante o STF. Por esse motivo, Gurgel decidiu remeter o depoimento de Marcos Valério para análise pela Procuradoria da República que atua na Justiça paulista.

Recebido o relatório de Gurgel, os procuradores designados para o caso abrirão

uma investigação preliminar. Se concluírem que há indícios de que o ex-presidente se envolveu com crimes, eles deverão pedir a abertura de um inquérito. Numa fase posterior, se existirem provas, poderá ser aberto um processo criminal.

Livre

O senador Humberto Costa (PT-PE) livrou-se do risco de ser investigado por suspeita de envolvimento com o esquema do mensalão. "Não há autoridade com prerrogativa de foro", afirmou Gurgel. Além de ter dito que o ex-presidente Lula tinha conhecimento da existência do mensalão, Marcos Valério afirmou que Humberto Costa recebeu R\$ 512 mil do esquema para bancar a sua candidatura ao governo de Pernambuco em 2002.

Humberto Costa é senador e tem direito à prerrogativa de foro, mais conhecida como foro privilegiado. Ou seja, ele somente poderia ser investigado e processado perante o STF. Se Gurgel suspeitasse de algo contra o congressista, teria pedido a abertura de um inquérito no Supremo contra ele.

02 FEV 2013

GAZETA DO POVO

SANTA MARIA

Justiça prorroga prisão de envolvidos no incêndio da boate Kiss

A Justiça do Rio Grande do Sul concedeu a prorrogação por 30 dias da prisão temporária de quatro envolvidos no caso do incêndio da boate Kiss. A medida estende a prisão de Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann, sócios da boate, de Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, e de Luciano Augusto Bonilha Leão, assistente do grupo. Segundo o Ministério Público, ainda há testemunhas que não foram ouvidas e documentos que não foram encontrados. Eles argumentaram também que há risco de fuga dos envolvidos, já que três deles foram presos fora de Santa Maria. O incêndio, no último domingo, causou a morte de 236 pessoas. A 236ª vítima, Matheus Rafael Raschen, 20, morreu na noite de quinta no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Aumento de cargos e taxas estão na pauta da Assembleia

O ano de 2013 na Assembleia Legislativa do Paraná deve seguir um roteiro muito semelhante ao do Congresso. De olho na reeleição, o governador Beto Richa (PSDB) deve colocar a ampla bancada governista para trabalhar na aprovação de projetos de interesse do Executivo e na articulação com prefeitos e vereadores. Isso porque as últimas ações da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), já não escondem que ela trabalha para fortalecer sua candidatura ao Palácio Iguazu.

Nesse cenário, a pauta legislativa deve mais uma vez ser dominada por projetos do governo. Um bastante polêmico teve a discussão postergada para este ano devido à resistência de deputados: a proposta que cria 23 escritórios regionais do governo no interior e 93 cargos em comissão para atuar nessas representações.

Da mesma forma, deve tomar conta dos debates legislativos o polêmico projeto do Tribunal de Justiça (TJ) que reajusta em 18,44% as taxas dos cartórios judiciais.

Também está em pauta, desde o fim do ano passado, a proposta do TJ que aumenta em 50% a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) cobrada em cartórios extrajudiciais.

Há ainda uma dúvida que paira no ar da Assembleia: como será a relação que o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), terá com os colegas. Constantemente pressionado ao longo do ano passado, enquanto buscava se reeleger para a presidência, viveu às turras com os parlamentares.

POSTERGADOS

Confira os projetos que devem dominar as discussões na Assembleia na retomada das votações:

Taxas cartorárias

Projeto do TJ reajusta em 18,44% as taxas judiciais e os valores cobrados nos cartórios. Outra proposta aumenta em 50% a taxa do Funrejus, cobrada em cartórios extrajudiciais.

Cargos comissionados

Dois projetos do TJ preveem a criação de 25 cargos de desembargador e de 290 postos em comissão para assessorá-los. Já o Ministério Público Estadual (MP) quer criar 69 vagas sem concurso.

"Precisamos fazer o debate a respeito das custas [dos cartórios] e dos pedidos para criar centenas de cargos em comissão. Não podemos mais receber projetos desse tipo a poucos dias do fim do ano e sermos, de alguma forma, pressionados para aprová-los."

Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia.

GAZETA DO POVO

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

03 FEV 2013

Rotina macabra

O Brasil repete no incêndio da boate de Santa Maria a velha rotina macabra de todas as grandes tragédias coletivas: primeiro, o choque, o estuor; depois, a descoberta de que tudo ou quase tudo estava errado e que o acidente poderia ter sido evitado se uns e outros, empresários e funcionários públicos, não tivessem descumprido ou esquecido regras simples ou não tivessem simplesmente demonstrado absoluta irresponsabilidade. Segue-se a etapa das entrevistas com os "especialistas", sempre loquazes e confiantes em suas capacidades, e também das declarações enfáticas dos políticos, prefeitos, governadores e presidentes da República garantindo que "esses fatos lamentáveis que enlutaram a família brasileira nunca mais se repetirão"; e então vem a fase do esquecimento progressivo, dos processos que dormitam nas delegacias e nas mãos do Ministério Público, das manobras jurídicas, das prescrições judiciais, das famílias que perderam seus filhos e irmãs que nunca verão os responsáveis levados aos tribunais... e da espera por novas tragédias.

Estamos na fase um, do choque e do estuor, e a hora é de os telejornalistas correrem para levar ao ar mães e pais que perderam filhos, documentando seu choro e sofrimento. Para que?

Para comprovar o que todos já sabem: que perder filhos é fonte de sofrimento infinito. E, de quebra, ganhar alguns pontinhos no Nielsen e no Ibope. As outras fases se seguirão.

Como quebrar essa rotina macabra de imprevidência, inconsequência e irresponsabilidade? Não serão as blitz de fiscais das prefeituras, subitamente despertadas de seu torpor permanente, que irão remediar essa situação. Logo, logo, fiscais terão de voltar às rotinas habituais e a vida continuará. Mas há, sim,

um remédio: chama-se "responsabilidade *in vigilando*", a responsabilidade dos gestores maiores de vigiar a conduta, os atos e omissões dos funcionários sob seu comando. O Banco Central tem uma vasta experiência na área: se um funcionário de um banco comete alguma irregularidade, os dirigentes maiores do banco são também responsabilizados. Por quê? Eles não têm o dom da ubiquidade e da onisciência para acompanhar os atos de cada um de seus milhares de funcionários, mas têm obrigação de zelar para que seus subordinados não transgridam as normas.

Pois bem, o princípio da responsabilidade *in vigilando* deveria ser explicitado e aplicado a casos como o de Santa Maria e os que fatalmente se sucederão. Se o alvará estava vencido (ou inexistia), o prefeito e o secretário municipal da área, juntamente com seus diretores, deveriam ser responsabilizados por falta de vigilância. Se o Corpo de Bombeiros não fez as vistorias técnicas devidas ou não exigiu o cumprimento de regras para assegurar a manutenção de padrões mínimos de segurança internacional, vale o mesmo para o comandante e oficiais diretamente responsáveis.

Enquanto cada um de nós estiver, sem saber, correndo riscos de perder a vida ou a vida de alguém a quem ama por incompetência ou inconsequência de alguém distante e incógnito, continuaremos a nos chocar e a esquecer.

Belmiro Valverde Jobim Castor é professor do doutorado em Administração da PUCPR.

O Congresso pode desengarrar o STJ

Tramita na Câmara um projeto de emenda constitucional preparado pelo Superior Tribunal de Justiça criando um filtro para a admissibilidade de litígios junto à Corte.

A adoção de um critério semelhante no Supremo Tribunal baixou o número de litígios aceitos de 116 mil em 2007 para 38 mil em 2011. O STJ tem 33 cadeiras e em 2012 recebeu 276 mil recursos (contra 6.100 em 1989). A emenda constitucional pretende usar o conceito de relevância, desobrigando a Corte de aceitar recursos irrelevantes ou simplesmente protelatórios. No ano passado, por exemplo, chegaram ao tribunal uma disputa pelo preço de um gato e outra por ajustes malfeitos num vestido de noiva. Finalmente: uma briga pelo acesso de um cachorro ao elevador de um prédio cuja convenção de condomínio vedava esse direito aos quadrúpedes. Um dos maiores fregueses da fúria litigante é o Banco do Brasil, com 6 mil processos. Isso enquanto a Caixa desistiu de 3.200 ações, e o Itaú, de 1.500.

O sonho de alguns ministros de tribunais superiores é preservar palácios, vencimentos e prebendas brasileiras (superiores às dos tribunais americanos), com filtros semelhantes ao da Corte Suprema dos Estados Unidos, que julga apenas algumas dezenas de casos por ano. No outro extremo, há um real congestionamento, produzido pelo frenesi de recursos (de quem tem dinheiro para pagar advogados) e de chicanas.

De cada cem processos abertos na primeira instância, menos de 5% sobem ao STJ com algum tipo de recurso. Pode-se estimar que 99% sejam recusados, mas cada um deles demanda trabalho. Cada ministro coordena uma equipe de 30 assesso-

res. Um tribunal que trabalha com números desse tamanho jamais poderá fazer seu trabalho direito.

Se o Congresso pretende sair do noticiário policial, seria boa ideia debater e votar essa emenda constitucional. Algum deputado ou senador poderia até mesmo encaminhar uma sugestão viperina: como o STF instituiu o filtro e baixou o número de julgamentos, mas não reduziu seus custos, o STJ ofereceria uma planilha com a qual, reduzindo-se as postergações e chicanas da banda esperta da cidadania, o tribunal reduziria também a despesa da patuleia.

Se o Congresso pretende sair do noticiário policial, seria boa ideia debater e votar essa emenda.

Geleia geral

Quem conhece as facções petistas acha que a banda mensaleira, que pretende criminalizar as sentenças do Supremo Tribunal Federal, vem prevalecendo nas discussões internas. A razão desse êxito tem sido o desembaraço com que mostram aos adversários os números e a naturalidade com que se beneficiaram do esquema, y otras cosas más.

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Tem de reduzir

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) rejeitou o mandado de segurança contra a decisão que reduziu de 21 para 13 o número de vereadores de Colombo, na Grande Curitiba. O recurso havia sido impetrado pelos vereadores Waldirlei Bueno de Oliveira (PMDB) e José Renato Strapasson (PTB), o Pelé. Strapasson é o presidente do Legislativo local e ocupa interinamente a prefeitura de Colombo.

Seju começa a assumir carceragens de 60 delegacias de polícia

Os 975 agentes de cadeia pública, contratados recentemente pela Secretaria Estadual de Justiça (Seju), começaram a assumir as carceragens de 60 unidades da Polícia Civil. Eles trabalharão sob o comando do delegado local. Quando o processo estiver concluído, os policiais, que empregam boa parte do seu tempo ao cuidado com os presos, ficarão liberados para dedicar-se integralmente ao trabalho de investigação. Ao todo, as 60 carceragens que serão transferidas da Secretaria de Segurança Pública para a Seju têm 6.792 presos em 2.796 vagas. Nesse primeiro momento, pouca coisa deve mudar na superlotação de boa parte desses distritos policiais.

PROMOTORES

Ministério Público de SC abre inscrições nesta segunda-feira

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina vai selecionar 30 candidatos para a carreira de promotor de justiça substituto. Para participar, os interessados devem ser bacharéis em direito e ter, no mínimo, três anos de atividades jurídicas. A remuneração exata não foi divulgada, mas gira em torno de R\$ 18 mil. O período de inscrições começa nesta segunda-feira, dia 4, e vai até 5 de março. Os interessados devem se inscrever no site do próprio Ministério (www.mp.sc.gov.br), pagando R\$ 200. O processo seletivo terá prova preambular, provas discursivas, avaliação psicológica, entrevista, prova oral e avaliação de títulos. Primeira etapa da seleção, exame preambular está previsto para ser aplicado no dia 7 de abril.

COLUNA DO LEITOR

Maus motoristas

A corrente jurídica que defende o dolo eventual nos acidentes de trânsito, quando decorrente da embriaguez, é minoritária. Prevalece a corrente maior de que, sendo um acidente, não há a intenção, o dolo, por isso os processos que têm denúncias baseadas no dolo eventual demandam vários recursos e geram impunidade. Se fosse aplicado o Código Penal, punindo o agente que "matar alguém", seja com arma, carro, moto etc., a impunidade diminuiria.

Edison Luiz Machado

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Obras de reparo no ferryboat começam

■ A Concessionária da Travessia de Guaratuba (CTG) deu início na última sexta-feira aos reparos emergenciais nas pontes flutuantes do ferryboat que liga Matinhos e Guaratuba, no Litoral do Paraná. As obras foram determinadas pela Justiça na quarta-feira passada, que estipulou 24 horas para que a CTG começasse os trabalhos, sob pena de multa. O motivo para a demora no cumprimento da ordem judicial foi a intimação pelo oficial de Justiça, que teria sido feita somente no fim da tarde de quinta-feira.

De acordo com o gerente de contrato da CTG, Fábio Antônio Rossi, os reparos visam eliminar o desgaste da estrutura das pontes flutuantes — que dão acesso aos ferryboats. As obras compreendem a retirada de chapas danificadas das partes frontal e superior das pontes e soldagem de chapas novas.

O temor agora é que a execução das obras possa complicar ainda mais o fluxo na travessia no feriado prolongado de carnaval, que começa no próximo sábado.

A intenção, de acordo com Rossi, é realizar os reparos sem prejudicar a prestação do serviço. Por isso, inicialmente será feita por etapas, começando pela plataforma do lado de Matinhos. Depois, serão realizadas na parte de Guaratuba.

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Casa com defeito? Justiça manda fazer de novo

Imóvel entregue com vícios construtivos terá de ser refeito pela construtora

Taiana Bubniak

O taxista Michel Romano comprou uma casa em 2011, em São José dos Pinhais, e recebeu as chaves em 2012. Porém, a aquisição do imóvel trouxe muita dor de cabeça: depois da primeira chuva forte, entrou água no imóvel e Michel perdeu móveis e eletrodomésticos. Um perito vistoriou o imóvel e constatou que, além de problemas na fundação da construção, a casa estava 12 centímetros abaixo do nível da rua, o que impedia o correto escoamento da água. A casa poderia até cair.

O taxista ainda não sabia, mas havia comprado um imóvel com vícios construtivos — defeitos perceptíveis, decorrentes da má execução de alguma etapa da obra. Paredes tortas, fissuras, telhado desalinhado e colunas em locais inadequados estão na lista de problemas na estrutura da obra.

Em casos como este, a indicação é procurar a construtora ou não receber as chaves se os problemas não forem consertados, de acordo com a advogada Ilcemara Farias. Ela participou da ação que Michel Romano moveu contra os construtores da casa que ele comprou.

A decisão judicial foi favorável a Michel e, de acordo com sentença do juiz Osvaldo Canela Júnior, da 3ª Vara Cível de São José, a construtora terá de reconstruir o imóvel em 18 meses.

A casa será refeita nos mesmo terreno e com as mesmas características. Além disso, o construtor terá de pagar cerca de R\$ 62 mil por danos morais e materiais e arcar com o custo de aluguel durante a construção.

Michel comemora a decisão e diz que vai acompanhar a construção da nova casa. “Não haveria uma decisão melhor. Agora esperamos que a nova casa não tenha problemas”, diz. Ele e a família pretendem alugar um imóvel nas redondezas da casa, para poder ficar de olho na construção. A garantia da construção também será dada pelo perito que avaliou a obra. A decisão do juiz determina que ele terá de acompanhar a evolução da obra.

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Contrato de locação prorrogado mantém fiador

O compromisso do fiador é essencial na hora de acertar a locação. E ele se mantém quando o contrato é dilatado

O fiador é o responsável por garantir o pagamento do aluguel em caso de inadimplência do inquilino. O papel que assume é essencial para a segurança do locador e é a modalidade de garantia mais usada nos contratos de locação. De acordo com o Sindicato da Habitação (Secovi-PR), em dezembro, 75% dos contratos de locação usaram o fiador como segurança para fechar o contrato.

O protagonismo do fiador se mantém durante o prazo em que o imóvel estiver locado, independente de por quanto tempo ele for prorrogado. Só deixa de ser fiador quem exige a mudança no acordo. A fiança só poderá ser contestada se houver manifestação contrária descrita em contrato. Durante a prorrogação, o fiador pode se isentar da obrigação por meio de notificação.

A questão foi pacificada por decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça que, em 2012, julgou um recurso especial que teve origem em ação de execução, aberta em 2008, contra uma mulher que havia firmado contrato de fiança em 1993, com duração de um ano. De acordo com o processo, o contrato de aluguel teria sido prorrogado e desde o ano de 1996 há atraso no pagamento do aluguel.

Nesse caso, os magistrados decidiram que a fiadora não responderia pelo atraso, porque o contrato de fiança é anterior à vigência da Lei 12.112 de 2009. No entanto, contratos firmados depois da reforma na lei do inquilinato, seguem ao novo formato e a responsabilidade do fiador se mantém caso ele não exija.

FACTO

Caso o fiador não comunique que quer deixar de figurar no contrato, ele permanece como responsável, mesmo depois da prorrogação do contrato.

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

“Renan não é corrupto porque é mau”

Yuri Al'Hanati

ENTREVISTA

ROBERTO ROMANO, filósofo e professor de Ética e Ciência Política da Unicamp.

A volta de Renan Calheiros (PMDB) à presidência do Senado, mesmo sob denúncias de corrupção, choca por aparentemente premiar alguém com conduta suspeita. Mas para o professor de Ética e Ciência Política Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a escolha de Renan pelos colegas é uma consequência natural do sistema político brasileiro. Ele afirma que a prática de troca de favores e o lobby dos estados em Brasília estão inseridos em um cenário que favorece a corrupção. “O importante é que o político tenha o carimbo de empreendedor, o que dá origem ao bordão popular ‘Rouba, mas faz’”. Nesta entrevista, Romano comenta essa estrutura política, as origens do partido do novo presidente do Senado e a participação da opinião pública na mudança de pensamento.

De que forma as estruturas do poder estão relacionadas à corrupção?

O nosso modelo de presidencialismo concentra todas as iniciativas das políticas públicas no governo federal. Nada se faz no Brasil sem passar

“O PMDB se tornou o grande partido oligárquico nacional, que expandiu suas bases para o Brasil inteiro e instalou no Congresso o ‘centrão’ e sua política de dar para receber.”

pela Presidência e pelos ministérios. Isso gera uma dificuldade para os municípios em conseguir obras. O pagamento por essa hegemonia do Executivo federal é a transformação de representantes do povo em lobistas dos municípios e das regiões. Isso quando não se tornam representantes de interesses do mercado e de grupos que nem sequer primam pela ética nos negócios. Ou seja, apenas quem é capaz de trazer obras e investimentos para sua região é eleito. O importante é que o político tenha o carimbo de empreendedor, o que dá origem ao bordão popular “Rouba, mas faz”. Quase não existe possibilidade de eleger e reeleger um político que seja apenas ético.

Dois dos principais nomes à eleição do Congresso, Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves, são do PMDB. Ambos são também acusados de corrupção. Existe uma relação entre o partido e a corrupção?

Com o golpe militar de 64, houve a dissolução dos partidos para a criação de um sistema bipartidário. A Arena era formada pelos grandes oligarcas regionais. Eles abarcaram os cargos parlamentares, que

por sua vez serviam apenas de intermediários de recursos para sustentar o presidente militar. O MDB ficou com a sobra dessas oligarquias. No fim da ditadura, o MDB, agora já transformado em PMDB, para ganhar o apoio das oligarquias da Arena em sua chapa, lançou José Sarney como vice de Tancredo Neves. Sarney foi um oligarca importante durante o regime; e ele locupletou todos os outros oligarcas ligados à sua sustentação [na Presidência]. Então o PMDB se tornou o grande partido oligárquico nacional, que expandiu suas bases para o Brasil inteiro e instalou no Congresso o “centrão” e sua política de dar para receber.

CONTINUA

03 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Como essa política é transmitida para os políticos de hoje?

O Renan Calheiros, por exemplo, era um militante do PCdoB, político de esquerda que começou a romper com o ideário socialista quando se aliou a Fernando Collor, representante da oligarquia de Alagoas. Depois, quando foi eleito senador, se uniu a José Sarney. Ele é herdeiro da oligarquia nacional e aprendeu muito bem a política de dar para receber. Além disso, desde Orestes Quércia, em 1994, o PMDB nunca mais apresentou um candidato à Presidência. Isso é estratégico porque qualquer partido grande sabe que não terá um concorrente no PMDB, mas terá que pagar o preço de seu apoio no Congresso com cargos. Então é possível entender por que Renan saiu da presidência do Senado por acusação de corrupção [em 2007] e por que volta agora sob a mesma acusação. Não há senador que não deva algum favor a Renan.

A conscientização da opinião pública sobre a corrupção tem alguma mudança prática no cotidiano político?

O que falta são análises estruturais. Nós somos muito presos aos resultados e muito pouco afeitos a pesquisar o funcionamento da máquina pública. Nossa visão do processo corruptivo é diacrônica [não tem sincronia]. Um escândalo em um dia, depois outro, depois outro... Essa sucessão de eventos cria um certo desânimo na opinião pública e deixa a imprensa e a polícia cansadas de correr atrás sempre das mesmas coisas. Essa dimensão nos faz esquecer que a corrupção é um sistema e como tal é sincrônica. No mesmo momento em que um escândalo estoura, toda uma rede está acontecendo ao mesmo tempo. O Renan não é corrupto porque é mau, mas sim porque essa é a única forma de fazer política no Brasil. E isso passa por uma cumplicidade do eleitor que observa apenas os resultados.

04 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Justiça para o consumidor

Dano moral

A Lojas Dudoni foi condenada pela 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná e pela 4.ª Vara Cível da Comarca de Maringá a pagar R\$ 15 mil de indenização por dano moral a cliente que teve o nome inscrito irregularmente no cadastro de proteção ao crédito. O relator do recurso de apelação, desembargador D'Artagnan Serpa Sá, considerou que a apelante passou por situação vexatória e constrangedora por negligência da empresa na prestação do serviço.

Juros capitalizados devolvidos em dobro

O Banco Bradesco Financiamento foi condenado a devolver em dobro os valores referentes à capitalização de juros cobrados de um cliente que financiou a compra de uma motocicleta em um financiamento de 42 parcelas no valor de R\$ 240,75, mas teve juros capitalizados cobrados no financiameto.

A decisão é da 18.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que reformou a sentença do Juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Cornélio Procopio. O relator do recurso, desembargador Albino Jacomel Guérios, considerou em seu voto: "Não existe lei autorizando os juros compostos no contrato de financiamento e, mesmo que existisse, o instrumento do contrato teria de apresentar uma redação inteligível e que não produzisse no espírito do consumidor dúvida alguma, o que não ocorre no caso, em que a cláusula não informa convenientemente o consumidor sobre a capitalização, o que ela seja, no que os juros compostos resultam ao final do contrato".

Com informações do TJ-PR

04 FEV 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Peja infância

O procurador curitibano Sérgio Kukina, que nesta quarta-feira assume uma vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça, em sua entrevista oficial ao site do tribunal aproveitou para criticar os que querem a redução da maioridade penal no país. Segundo ele, o problema não é a legislação brasileira, que é boa. "Se houver o atendimento básico nos primeiros anos, dificilmente uma pessoa que tenha tido educação adequada, saúde adequada, moradia adequada, uma pessoa atendida com respeito, irá se desviar dos padrões", disse.

04 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» INCÊNDIO

Dono da Kiss deve ganhar alta e ir direto para prisão

Elissandro Spohr, o Kiko, sócio da boate Kiss detido em um hospital particular na cidade gaúcha de Cruz Alta, deve receber alta hoje e, em seguida, levado a uma prisão. Ele permanece internado desde o dia da tragédia porque, segundo os médicos, havia inalado fumaça tóxica e estava muito abalado com o incêndio em Santa Maria (RS).

O médico responsável pelo tratamento, Paulo Viecili, disse que uma tomografia apontou a recuperação da capacidade pulmonar do empresário. Spohr teve a prisão decretada na segunda-feira passada, mas, como estava internado no dia da tragédia, acabou permanecendo no hospital, vigiado por policiais dentro do quarto. Segundo o médico, Spohr continua bastante abatido com a tragédia e chora muito.

Mortos

O número de mortos no incêndio na Boate Kiss subiu para 237. Internado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Bruno Portella Fricks, 22 anos, teve a morte confirmada por volta das 22 horas de sábado.

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

o resgate de VOLPI

A Justiça do Estado de São Paulo apreendeu nove telas e cerca de 3.000 gravuras do pintor brasileiro Alfredo Volpi (1896-1988), avaliadas em cerca de R\$ 15 milhões, e deve determinar que as obras sejam leiloadas.

As telas, avaliadas em R\$ 11,9 milhões, e as gravuras, estimadas em R\$ 3 milhões, teriam sido omitidas do inventário do artista por uma de suas filhas, Eugênia Maria Volpi Pinto, gerando disputa entre herdeiros.

Em dezembro passado, a juíza Vivian Wipfli, titular da 8ª Vara da Família e Sucessões de São Paulo, autorizou o mandado de busca e apreensão das obras nas casas de netas do artista: Mônica Volpi e Patrícia Volpi Penteadado, ambas filhas de Eugênia.

As telas mais valiosas foram encontradas na residência de Mônica, no Cambuci, região central de São Paulo, onde o pintor viveu e produziu boa parte de sua obra.

Entre elas estão "Nu de Judite" (estimada em R\$ 5 milhões) e "Retrato de Hilde Weber" (R\$ 4 milhões), consideradas obras primas de Volpi em sua fase figurativa.

Lá foram localizadas ainda outras duas pinturas e 3.000 gravuras. Na casa de Patrícia, havia uma pintura.

**Justiça
apreende
obras do artista,
avaliadas em
R\$ 15 milhões,
e deve levá-las
a leilão**

Outras obras agora em poder da Justiça foram entregues espontaneamente por seus atuais proprietários, o marchand Carlos Dale e o colecionador Ladi Biezus.

Elas foram mantidas com seus atuais proprietários, agora classificados como "fiéis depositários", até que a Justiça determine uma data para o leilão das obras.

As gravuras, contudo, foram confiscadas e estão passando por avaliação técnica.

"O estado das gravuras é irregular. Há várias em péssimas condições", disse à **Folha** o advogado Guilherme Sant'Anna, nomeado em 2010 pela Justiça como inventariante de Volpi no lugar de Eugênia. O motivo da destituição da filha do artista foi, segundo Sant'Anna, o fato de

Eugênia agir "como se fosse herdeira única".

A nomeação de um inventariante pela Justiça é um procedimento comum quando há disputa entre herdeiros. Cabe a ele reunir tudo o que o espólio possui e realizar a partilha entre as partes.

No caso de Volpi, parte da disputa ocorre em torno de 47 obras que estariam desaparecidas. "Em 1993, Eugênia organizou um leilão de três pinturas de Volpi, mas sabia-se que o pintor havia deixado 50 obras", conta o advogado Sidney Maccariello, que representa Djanira, filha do artista que não teria recebido nada do espólio até hoje.

Os advogados de Eugênia contestam que não houve partilha (leia abaixo).

As nove obras agora localizadas fariam parte desse grupo de 47. As 38 obras restantes deixadas por Volpi permanecem desaparecidas.

O caso tem ainda um agravante: em 2008, Patrícia, neta do artista, comunicou à polícia que 25 pinturas de Volpi guardadas na casa de seus sogros teriam sido furtadas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Quatro dessas obras apontadas pela neta de Volpi como furtadas estão entre aquelas entregues espontaneamente à Justiça por terceiros.

Segundo o marchand Carlos Dale, que entregou três dessas telas à Justiça, as obras estavam no mercado anos antes da comunicação do furto, conforme documentos que apresentou.

Biezus, que devolveu outra dessas telas, apresentou nota de sua compra assinada por Eugênia em 2004. O documento foi apresentado ao Ministério Público e Patrícia pode ser processada por falsa comunicação de crime.

01 FEV 2013

Para advogados, filha e neta têm posse de obras

Segundo o advogado Orlando Maluf Haddad, que representa Eugênia Maria Volpi Pinto, filha de Volpi, a pintura localizada pela Justiça na casa de Patrícia Volpi Penteadó, neta do artista, pertence a ela e não poderia ter sido confiscada. Segundo ele, "foi um presente do avô quando ela tinha oito anos".

O advogado admite, no entanto, que Patrícia não declarava a posse da tela em seu imposto de renda.

Quanto às 25 obras que teriam sido furtadas da casa dos sogros de Patrícia, elas pertenceriam todas a Eugênia, sua mãe, segundo outra advogada que a representa, Claudia Rinaldo.

"Todas as obras do Volpi que ficaram em sua casa após a morte foram deixadas para a Eugênia. Isso ela tem documentado e tem como comprovar", afirma Rinaldo. Ainda segundo ela, houve partilha de imóveis entre os herdeiros.

No testamento público de Alfredo Volpi, no entanto, consta que "os quadros e objetos de arte a que não tenha dado destinação específica

em vida e que ainda restarem quando de sua morte compõem o monte-mor".

Monte-mor é o valor bruto de uma herança.

Rinaldo afirma não ter "autorização para apresentar o documento que comprove a posse de Eugênia porque o inventário corre em sigilo".

Segundo o inventariante nomeado pela Justiça, Guilherme Sant'Anna, o processo não está sob segredo de Justiça e o documento que comprovaria a posse de Eugênia das obras não foi apresentado em juízo.

Volpi teve outros dois filhos, além de Eugênia e Djaniira: Alfredo Charles Volpi, já morto, e Paulo Roberto Volpi, que está desaparecido. Segundo o advogado de Djaniira, Sidney Maccariello, "Charles nunca recebeu nada e morreu na miséria".

Procurada pela **Folha**, Mônica Volpi, com quem foram encontradas as obras mais valiosas, disse: "Apenas moro na casa e não quero falar sobre o assunto".

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em recurso, herdeira pede à Justiça devolução de tela

Uma das nove pinturas que hoje estão em poder da Justiça, uma tela com bandeirinhas e mastros, é agora objeto de um recurso apresentado no último dia 24 pelos advogados Orlando Maluf Haddad e Claudia Rinaldo, que representam Eugênia Maria Volpi Pinto, filha do pintor Alfredo Volpi.

O recurso, registrado na 8ª Vara do Fórum Civil de São Paulo, pede que esta tela seja entregue a Eugênia.

“A tela é de sua propriedade”, diz o advogado Orlando Maluf Haddad.

No ano passado, a polícia recebeu uma denúncia de que esta obra estaria com o marchand Carlos Dale, que informou aos investigadores ter vendido a pintura ao ex-senador Luiz Estevão (PMDB), condenado a 36 anos de prisão por superfaturar a construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

No ano passado, o ex-senador se apresentou à polícia e informou que a obra não estava com ele.

Dale, então, admitiu que esta obra, além de outras duas telas de Volpi, estavam em seu poder.

“Adquiri esta obra em 27 de maio de 2006, portanto, dois anos antes do suposto furto denunciado pela neta do pintor. Como poderia esta tela estar, em 2007, na casa da sogra de Patrícia Volpi?”, questionou à **Folha**.

Carlos Dale, proprietário da galeria Almeida e Dale, em São Paulo, devolveu as três telas de Volpi à Justiça em outubro do ano passado.

01 FEV 2013

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Pela 2ª vez, Justiça embarga obra nos Jardins

Construtora defende que prédio de 24 andares pode ser erguido na rua Peixoto Gomide; edifício é ilegal, diz ONG

Construção já havia sido paralisada entre 2008 e 2012; caso pode ir para o STJ (Superior Tribunal de Justiça)

Ao contrário do previsto, não irão mais começar neste mês as obras de uma torre residencial de 24 andares —um apartamento por andar— na rua Peixoto Gomide, nos Jardins (zona oeste paulistana).

Uma decisão provisória da Justiça, de terça-feira, proibiu a obra de sair do papel. A construção acabaria em 2014.

Baseado no valor dos imóveis da região, cada apartamento, de mais de 220 metros quadrados, seria vendido por R\$ 3 milhões. As vendas deveriam começar neste ano.

Esse é o segundo embargo que a obra sofre. O primeiro havia sido entre 2008 e 2012.

O imbróglia remonta ao início do empreendimento: a incorporadora FRC deu entrada no pedido da construção às vésperas de a lei de zoneamento mudar, em 2005.

A lei tornou mais restritiva a altura de edifícios em São Paulo. A antiga dava aval aos 24 andares previstos; a atual só permite cinco andares.

Em seguida, já sob a nova lei, o projeto foi modificado.

E aí que está a polêmica. Segundo o Ibed (Instituto Brasileiro de Eco Desenvolvimento), autor da ação, a incorpo-

radora usou esse expediente para assegurar que se beneficiaria do novo zoneamento.

Como argumento, o instituto cita que nem todos os terrenos necessários para a obra haviam sido adquiridos.

A Justiça a incorporadora negou —e disse que mudanças são normais.

Em primeira instância, a Justiça deu razão ao Ibed e ao Ministério Público, o responsável pela primeira ação.

O empreendimento ficou parado de 2008 até junho de 2012, quando o Tribunal de Justiça entendeu que a obra era legal. Baseado nessa decisão, a prefeitura, em dezembro, deu autorização para a construção começar.

PROVISÓRIO

O novo embargo se deu porque o TJ aceitou um recurso do Ibed. Agora, o tribunal irá ouvir os responsáveis pelo empreendimento e a prefeitura antes de se manifestar, o que deve levar 45 dias.

Se o TJ der razão ao Ibed, o caso deverá então ir parar no STJ (Superior Tribunal de Justiça), o que manteria a obra parada. Essa é a intenção do Ibed.

Se a decisão for favorável aos incorporadores, a obra fica liberada para prosseguir.

ENTENDA O CASO Justiça barra novamente obra nos Jardins

① Em 31.jan.05, a incorporadora FRC protocola pedido de construção de prédio de 24 andares na r. Peixoto Gomide

② Três dias depois, entra em vigor lei que restringia altura de edifícios na cidade. Pelo novo zoneamento, o edifício deveria ter, no máximo, cinco andares

③ Em 2007, empresa obtém o alvará para a construção acima do limite em vigor

④ Em 1º.abr.11, a Justiça anulou alvará do edifício por entender que o projeto havia sido modificado

⑤ Em junho de 2012, Justiça libera o empreendimento com 24 andares

⑥ Em dezembro, prefeitura autoriza início da obra

⑦ Na última terça, Justiça embarga a obra novamente, para decidir se o caso vai para o STJ ou se está encerrado com a liberação do prédio

CONTINUA

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Construção segue a lei, diz empreendedor

Responsável pelo empreendimento na rua Peixoto Gomide, nos Jardins, a SPE Peixoto 2 disse que o projeto do residencial atendeu a todas as exigências da lei.

A sociedade é formada por Sanca Engenharia, Zabo e FRC Incorporação.

A SPE informou que o empreendimento foi “avaliado e reavaliado exaustivamente por diversos órgãos competentes nos últimos anos”.

“Por este motivo, os empreendedores acatam o efeito suspensivo e aguardarão, com otimismo, a decisão da Justiça”, disse a empresa, que enviará seus argumentos à Justiça, assim como a prefeitura.

A SPE Peixoto 2 ressaltou que o embargo do Tribunal de Justiça é provisório, até que seja decidido se o caso subirá ou não para o STJ.

A empresa informou ainda que apenas o Ibed recorreu da decisão de junho de 2012 que liberou a obra. O Ministério Público, responsável pela primeira ação na Justiça, não recorreu da decisão.

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Piauiense vence eleição da OAB nacional

Vitória de Marcus Vinicius Coêlho pelo voto indireto representa derrota para SP, que não tem representante na chapa

Novo presidente não comenta ataques sofridos em campanha, na 1ª eleição com duas chapas em 15 anos

O advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho, 41, foi escolhido na noite de ontem, em eleição indireta, o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), após uma disputa marcada por polêmicas e trocas de acusações. Ele ocupará o cargo pelos próximos três anos.

Coêlho foi secretário-geral na Ordem na presidência de Ophir Cavalcante e, após 15 anos de eleições sem disputa, enfrentou Alberto de Paula Machado, vice-presidente da gestão que chegou ao fim.

Votaram 81 conselheiros federais da instituição, representantes das 27 unidades da Federação. O presidente eleito recebeu 64 votos, ante 16 para Machado. Houve somente um voto em branco.

Não houve debates ao longo da campanha, repleta acusações entre partidários de cada um deles e por relatos de supostas irregularidades sobre a trajetória de integrantes das duas chapas.

Nos bastidores, partidários da chapa derrotada tentaram vincular, por exemplo, o nome de Marcos Vinicius Coêlho ao senador José Sarney (PMDB-AP), por ele já ter advogado para o atual presidente do Senado.

Também levantaram uma ação de improbidade contra Coêlho (por supostamente não ter prestado serviços de advocacia contratado por uma prefeitura no Piauí), que foi rejeitada na primeira instância, mas que está em fase de recursos.

O resultado das eleições da OAB Nacional representa uma derrota aos advogados de São Paulo, que não tem representante na diretoria.

O processo eleitoral durou cerca de duas horas. Assim que o placar atingiu 41 votos para Coêlho, gritos de "Marcus, Marcus, Marcus", tomaram conta do plenário da sede da OAB, em Brasília.

Ao fim da votação, o advogado afirmou que sua gestão se concentrará na defesa das "grandes causas da República", como a reforma política, e a "valorização dos advogados brasileiros". "A defesa é tão importante quanto a acusação. É isso que a OAB precisa dizer, para o bem da moralidade pública, da segurança jurídica. Precisamos prestigiar o direito de defesa no nosso país".

Coêlho não quis comentar sobre os ataques sofridos durante a campanha. "Passo uma borracha em cima. A partir de agora, não há mais vencedores e vencidos." Ele tomará posse hoje de manhã.

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Datena insulta ateus, e Band é condenada

Declarações de apresentador associando crime a
'ausência de Deus' motivaram ação

A Justiça Federal em São Paulo condenou a Rede Bandeirantes a prestar esclarecimentos à população sobre a diversidade religiosa e a liberdade de consciência de crença no Brasil. A emissora ainda pode recorrer da decisão.

A condenação é o resultado de uma ação civil pública movida em dezembro de 2010 pelo procurador regional dos direitos do cidadão Jefferson Aparecido Dias com relação as declarações feita por José Luiz Datena no "Brasil Urgente" do dia 27 de Julho de 2010.

Procurado, Datena não comentou o assunto. A Band, por meio de sua assessoria, disse que a emissora não foi ainda informada oficialmente da decisão judicial e que, assim que o for, irá recorrer.

Durante a exibição de reportagem, o apresentador e o repórter Márcio Campos relacionaram o fuzilamento de um garoto à "ausência de Deus". "Um sujeito que é ateu não tem limites e é por isso que a gente vê esses crimes aí", disse Datena.

"Márcio Campos, é inadmissível. Você que também é muito católico, não é possível, isso é ausência de Deus, porque nada justifica um crime como esse, não?", disse.

O apresentador também atribuiu males do mundo aos ateus. "É por isso que o mundo está essa porcaria. Guerra, peste, fome e tudo mais, entendeu? São os caras do mal. Se bem que tem ateu que não é do mal, mas o sujeito que não respeita os limites de Deus não respeita limite nenhum", continuou.

O programa ainda realizou uma pesquisa interativa para saber a opinião da audiência sobre a relação entre violência e ateísmo.

Para o autor da ação, ao veicular as declarações preconceituosas contra pessoas que não compartilham o mesmo modo de pensar do apresentador, a emissora descumpriu sua finalidade educativa e informativa e prestou um desserviço para a comunicação social.

Na sentença assinada pelo juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, a Band foi condenada a exibir, durante o "Brasil Urgente", quadros para esclarecer a população sobre a diversidade religiosa e a liberdade de consciência e de crença no Brasil, com duração idêntica à das declarações tidas pela Justiça como impróprias.

As colocações duraram cerca de 50 minutos.

Em caso de descumprimento da determinação judicial, a emissora terá que pagar multa diária de R\$ 10 mil.

A União, por meio da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, foi condenada a fiscalizar a exibição dos esclarecimentos.

01 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

DIREITO AUTORAL

Liminar impede site de político de publicar conteúdo da Folha

DE SÃO PAULO. A Justiça concedeu liminar que impede que o site www.deputadoaleluia.com.br reproduza conteúdo da **Folha** sem autorização.

Na decisão, o juiz Luis Mario Galbetti, da 33ª Vara Cível de São Paulo, assinala que a divulgação de textos do jornal, sem essa permissão, constitui desrespeito ao direito autoral.

O réu no processo é a Lebre Tecnologia, que administra o site. Cabe recurso da decisão.

José Carlos Aleluia (DEM-BA) hoje é secretário municipal em Salvador. Sua assessoria disse que o site está fechado desde o fim do ano passado e que não há intenção de retomá-lo. Segundo o político, não havia "fins lucrativos" e as fontes das informações sempre eram citadas.

02 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF deve decidir até 2014 se novo presidente do Senado vai ser réu

Denúncia de procurador acusa Renan por peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso

Caso teve origem em 2007, quando ele teve de deixar cargo; senador nega e alega motivação política

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar se aceita denúncia contra o presidente eleito do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o transforma em réu até o fim do ano que vem, quando o peemedebista ainda estará no exercício do cargo.

Na semana passada, após cinco anos, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, apresentou a denúncia, na qual acusa Renan por três crimes: peculato (usar cargo público para obter vantagem), falsidade ideológica e uso de documento falso.

Ele é alvo de outros dois inquéritos no STF. Por ser senador, tem foro privilegiado.

O caso se originou em 2007, quando ele teve de deixar a presidência da Casa após suspeitas de ter despesas pessoais pagas por um lobista da empreiteira Mendes Júnior.

Ao negar a acusação, Renan apresentou versões e documentos para dizer que era ele, e não o lobista, quem pagava uma pensão mensal à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

A denúncia afirma que ele mentiu e cometeu crimes pa-

ra embasar essa mentira. Os detalhes da peça de Gurgel foram revelados ontem pelo site da revista "Época".

Caberá agora ao tribunal analisar se há indícios suficientes para abrir uma ação penal — e tornar Renan réu.

O relator do inquérito, ministro Ricardo Lewandowski, disse ontem que o processo receberá tratamento normal. Haverá possibilidade de novas investigações, mas ele deve liberar o caso para julgamento até o fim deste ano.

Depois, caberá ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, marcar a análise da denúncia pelo colegiado. Isso deve ocorrer até o fim de 2014.

A maior parte da denúncia veio a público em 2007.

A principal novidade foi na acusação de peculato: segundo a Procuradoria, houve desvio de R\$ 44 mil de valores da verba indenizatória, por meio de notas fiscais de uma locadora de carros em nome de Tito Uchôa, apontado como testa de ferro do senador.

A Polícia Federal apontou inconsistências entre notas entregues por Renan para justificar ganhos com venda de gado, compra de vacinas e as declarações à Receita.

Ela também esquadrinhou os cheques que, segundo Renan, teriam sido usados para pagar a pensão. Descobriu

que, de 118 cheques, 66 foram destinados a outras pessoas e empresas e 39 tinham como beneficiários o senador.

Pela investigação, subtraídas despesas e receitas, sobriariam só R\$ 2.300 mensais para a família de Renan viver em 2002, por exemplo.

Renan nega as acusações e já acusou Gurgel de agir politicamente ao enviar a denúncia às vésperas de sua eleição no Senado.

CONTINUA

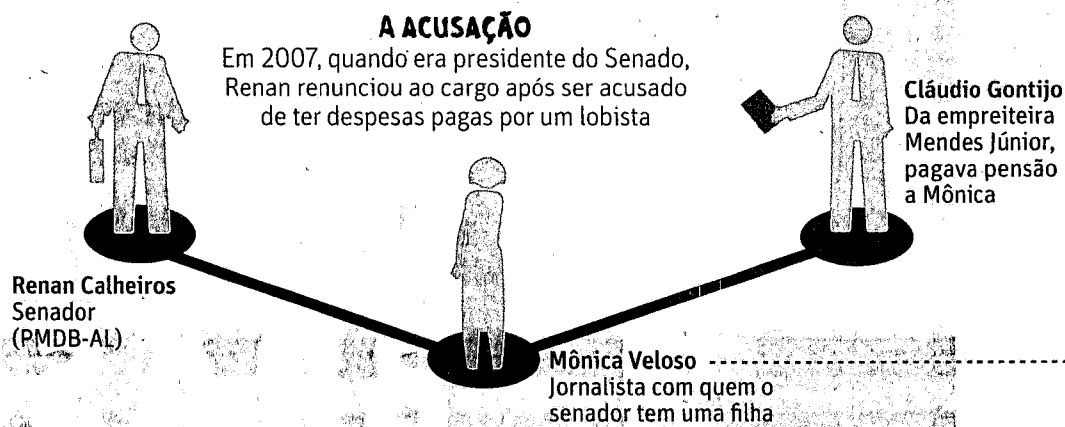
02 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A DENÚNCIA CONTRA RENAN

Procuradoria acusa senador de falsidade ideológica, uso de documento falso e peculato



A DEFESA

Na época, para justificar que tinha renda própria para pagar a pensão de Mônica, Renan apresentou documentos sobre venda de gado e atividades agropecuárias, além de empréstimos feitos pela empresa de locação de carros Costa Dourada

A DENÚNCIA DA PROCURADORIA

Promotoria diz que Renan usou notas frias para comprovar renda, entre outros crimes

1

FALTA DE RECURSOS

A Procuradoria sustenta que Renan não tinha recursos suficientes para pagar a pensão e que inseriu informações em documentos "com o fim de alterar a verdade" sobre sua capacidade financeira

2

NOTAS FISCAIS

Apresentadas por Renan, tinham inconsistências com informações sobre vacinação de animais e com valores declarados à Receita. Um suposto comprador de gado de Renan negou à PF ter feito negócios com ele

3

DESVIOS

A Procuradoria diz que Renan desviou recursos públicos do Senado. Seu gabinete apresentou notas de R\$ 44,8 mil da empresa Costa Dourada para um serviço que, segundo a promotoria, não foi prestado

02 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

A justiça dos homens

WALTER CENEVIVA

**A resposta da justiça humana
não será rápida. Será muito
mais lenta do que desejaram
ver os parentes das vítimas**

NAS MANIFESTAÇÕES públicas, especialmente no Rio Grande do Sul e em outras partes do país, foi forte o traço comum. Estava nos cartazes referentes à morte de mais de duas centenas de jovens, na boate incendiada. Letras maiúsculas traziam a palavra "JUSTIÇA!". Era o claro anseio de que as mortes resultem na condenação de todos os culpados. Por ação ou omissão. De entes públicos ou privados. Todos os que deram causa ao resultado pavoroso (Constituição, art. 5º, incisos 35 a 37 e 40).

Trata-se, como evidente, de fazer a justiça dos homens, da lei escrita, para o processo punitivo dos responsáveis e absolutório dos inocentes (Constituição, art. 5º, inciso 57). Serão penas compatíveis com as circunstâncias agravantes, não acolhida a alegação de imprevisibilidade do resultado ou outra que as defesas criarem.

Para os familiares das vítimas, nenhuma punição lhes trará de volta os seres queridos, mas a gravidade do efeito sugere a equiparação da conduta dos responsáveis às alternativas de crime doloso (Código Penal, art. 18, ao fim). Os controladores da boate, direta ou indiretamente — segundo as informações divulgadas — agravaram o resultado, por omissão, ou se impediram os frequentadores de saírem (sem que pagassem pelo consumo), se adotaram fogos de artifício no espaço interno. Ou se admitiram o ingresso de clientes acima do possível. A prova das agravantes há de ser cabal.

A resposta da justiça humana não

será rápida. Será muito mais lenta do que desejaram ver os parentes das vítimas. O resultado almejado, da resposta em tempo breve, poderia sacrificar o direito de defesa dos que o quiserem defender? Essa é a pergunta mais comum, ouvida quanto aos fatos. É sempre respondida pela última alternativa possível: não. Não poderá. Na área da segurança pública a apuração inclui a polícia civil, à qual incumbe o levantamento do que aconteceu antes, durante e depois dos fatos, na produção do inquérito. Haverá cooperação da polícia militar quanto aos banheiros.

O julgamento é centrado no Poder Judiciário. Vai do juiz de direito (na comarca local) passar pelas cortes intermediárias, até os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). O Ministério Público tem autonomia para a promoção da ação penal (Constituição, arts. 127 e 18, inciso II). A Carta Magna inclui, ainda, o advogado (privado ou público), assim como o defensor público para atuarem imprescindivelmente em favor dos acusados.

No processo, os elementos técnicos serão definidos em laudos, por peritos nomeados pelo juiz e por assistentes das partes.

O leitor pode acompanhar o desenvolver dos fatos, até — no fim do processo — saber o resultado com as condenações e absolvições. Trilhas diversas acolherão ações cíveis, movidas pelas famílias das vítimas, contra os responsáveis, sejam eles

privados (empresários da boate e seus contratados) ou públicos (autoridades encarregadas do controle administrativo das condições do local e de sua fiscalização).

Quanto tempo se passará, com os procedimentos envolvidos da apuração à condenação ou à absolvição? É impossível prever. A experiência permite arriscar um mínimo de dez anos. A previsão pode parecer exagerada, mas é muito pouco provável que o fim do processo chegue antes.

02 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Supremo pode publicar votos do mensalão em fevereiro

Documento é essencial para que os 25
condenados comecem a cumprir penas

**Ministro Gilmar
Mendes prevê ainda
que todos os recursos
apresentados vão ser
analisados neste ano**

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode publicar até o fim do mês a redação final dos votos dos ministros no julgamento do mensalão, o chamado acórdão.

O documento é fundamental para que se dê o início do cumprimento das penas dos 25 condenados, pois abre prazo para a apresentação dos recursos das defesas.

A previsão é do ministro Gilmar Mendes. Ele disse que desde o fim do julgamento, em dezembro, os gabinetes elaboram os votos.

O STF informou que o presidente da corte, ministro Joaquim Barbosa, deve finalizar na segunda-feira sua parte do acórdão. Para que o documento seja publicado, é preciso aguardar que todos os ministros enviem os respectivos votos revisados para serem anexados.

Para Mendes, a conclusão da análise de todos os recursos, o que permite o início do cumprimento das penas, deve ocorrer ainda neste ano.

Depois da publicação do acórdão, os advogados terão cinco dias para apresentar embargos questionando eventuais contradições nos votos dos ministros.

Pelo regimento do tribunal, o prazo para a publicação do documento é de 60 dias após a conclusão do julgamento, mas isso costuma ser ignorado pela corte.

O prazo vence em março, pois os dias de recesso (fim de dezembro e o mês de janeiro) não entram na conta.

Após a definição dos recursos, o processo é considerado "transitado em julgado", e passam a valer as punições restritivas — 11 condenados terão de cumprir pena inicialmente em regime fechado, além da perda do mandato dos deputados condenados: João Paulo Cunha (PT-SP), José Genoíno (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP).

02 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende verba de moradia de deputados de SP

Benefício é pago pela Assembleia até aos 26 parlamentares que moram na capital

Suspenso pela Justiça na quarta-feira passada, o auxílio-moradia da Assembleia Legislativa de São Paulo é pago até mesmo aos 26 deputados estaduais que declaram ser moradores da capital paulista, sede do Parlamento.

Na quarta-feira, a Justiça considerou o pagamento de R\$ 2.250 a todos os 94 deputados inconstitucional por não haver critério sobre quem pode recebê-lo nem a exigência de comprovação dos gastos com moradia. Como a Assembleia ainda não foi notificada, os deputados receberam o valor de janeiro.

Por ano, a Casa gasta R\$ 2,5 milhões com o auxílio — R\$ 780 mil apenas com os moradores da capital paulista.

Esse auxílio é pago com base em uma lei que concede a eles o mesmo benefício dos deputados federais. A norma da Câmara, no entanto, diz que o benefício deve ser concedido só a quem não tem moradia oficial em Brasília e condiciona seu pagamento à apresentação de notas que comprovem a despesa.

No caso estadual, o benefício é pago a todos e não há a necessidade de apresentar provas. A suspensão do auxílio foi noticiada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Um dos moradores da capital que recebem o benefício, Adriano Diogo (PT) diz que o auxílio já existia quando assumiu o mandato e que "recebe tudo como salário".

Ele diz considerar a discussão pertinente e afirma que devolverá os pagamentos se essa for a determinação.

João Caramaz (PSDB), que apesar de morar na capital também recebe o auxílio, seguiu a mesma linha: "Se a mesa acatar a decisão, vou devolver, mas vou pedir para haver um parcelamento".

A Assembleia informou apenas que, quando for notificada pela Justiça, "tomará as providências necessárias, respeitando sempre as decisões do Poder Judiciário".

Ontem, na sessão que abriu o ano Legislativo, o presidente da Assembleia, Barros Munhoz (PSDB), criticou a cobertura da imprensa sobre os trabalhos da Casa.

Segundo ele, a imprensa demonstra "ignorância" sobre a atuação da Assembleia e faz "críticas estapafúrdias". "O bom é que a gente apanha, a gente sofre, mas luta e vence: 82% de reeleição", disse, sobre a renovação da Casa.

“O bom é que a gente apanha, batem na gente, a gente sofre, mas a gente luta e vence: 82% de reeleição

BARROS MUNHOZ (PSDB)
presidente da Assembleia de SP

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SUPREMO MESTRE

Carlos Ayres Britto,

que se aposentou do Supremo Tribunal Federal em novembro, dará aula nas escolas de direito da FGV no Rio e em SP. A Fundação Getúlio Vargas criou a cátedra de democracia e direitos fundamentais para o ex-ministro do STF.

PÃO E POESIA

Além de aulas e seminários, Britto deve organizar na FGV um livro sobre grandes casos do STF. E ele também já tem pronto seu sétimo livro de poesia: "DNA Alma".

MERCEDES TROCADA

Depois de ouvir as partes sobre a troca, por engano, de duas Mercedes-Benz em valet de Brasília, que acabou em agressões entre os envolvidos, o delegado Ângelo Diniz, da 1ª DP, pediu o indiciamento do advogado Pedro Calmon e de sua mulher, Michele, pelos crimes de "injúria e vias de fato" contra Tainá de Almeida Castro.

●

"Minha sobrinha é vítima. Eles são os réus", diz o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. "Para justificar as sandices que fez, Camon pode até alegar que estava completamente embriagado, o que é excluído de culpabilidade."

02 FEV 2013

TJ-SP nega recurso de Wanessa contra Rafinha Bastos

DE SÃO PAULO— O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou ontem decisão negando um recurso da cantora Wanessa Camargo e do seu marido, Marcus Buaiz, que pedia a manutenção do filho deles, José Marcus, como parte da ação criminal movida contra o humorista Rafinha Bastos em 2011.

O tribunal endossou a decisão de primeira instância, de que o feto não sofreu injúria por não ter consciência de dignidade ou decoro.

Em setembro de 2011, Rafinha, então participante do programa "CQC", da Band, afirmou que "comeria" Wanessa Camargo e o bebê que ela esperava. A cantora entrou com ações cível e criminal contra ele. Na esfera cível, Rafinha foi condenado a pagar indenização de R\$ 150 mil, em 2012. O casal anunciou que irá recorrer da decisão do TJ-SP.

03 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI O Congresso pode desengarrar o STJ

**Quem tem dinheiro
para pagar advogado
congestiona a Justiça, e
a conta vai para a patuleia**

TRAMITA NA Câmara um projeto de emenda constitucional preparado pelo Superior Tribunal de Justiça criando um filtro para a admissibilidade de litígios junto à corte.

A adoção de um critério semelhante no Supremo Tribunal baixou o número de litígios aceitos de 116 mil, em 2007, para 38 mil, em 2011. O STJ tem 33 cadeiras e em 2012 recebeu 276 mil recursos (contra 6.100 em 1989). A emenda constitucional pretende usar o conceito de relevância, desobrigando a corte de aceitar recursos irrelevantes ou simplesmente protelatórios.

No ano passado, por exemplo, chegou ao tribunal uma disputa pelo preço de um gato, e outra por ajustes malfeitos num vestido de noiva. Finalmente: uma briga pelo acesso de um cachorro ao elevador de um prédio cuja convenção de condomínio vedava esse direito aos quadrúpedes. Um dos maiores fregueses da fúria litigante é o Banco do Brasil, com 6.000 processos. Isso enquanto a Caixa desistiu de 3.200 ações, e o Itaú, de 1.500.

O sonho de alguns ministros de tribunais superiores é preservar palácios, vencimentos e prebendas brasileiras (superiores às dos tribunais americanos), com filtros semelhantes ao da Corte Suprema dos Estados Unidos, que julga apenas algumas dezenas de casos por ano.

No outro extremo, há um real congestionamento, produzido pelo frenesi de recursos (de quem tem dinheiro para pagar advogados) e de chicanas.

De cada cem processos abertos na primeira instância, menos de 5% sobem ao STJ com algum tipo de recurso. Pode-se estimar que 99% sejam recusados, mas cada um deles demanda trabalho. Cada ministro coordena uma equipe de 30 assessores. Um tribunal que trabalha com números desse tamanho jamais poderá fazer seu trabalho direito.

Se o Congresso pretende sair do noticiário policial, seria boa ideia debater e votar essa emenda constitucional.

Algum deputado ou senador poderia até mesmo encaminhar uma sugestão viperina: como o STF instituiu o filtro e baixou o número de julgamentos, mas não reduziu seus custos, o STJ ofereceria uma planilha com a qual, reduzindo-se as postergações e chicanas da banda esparta da cidadania, o tribunal reduziria também a despesa da patuleia.

GELEIA GERAL

Quem conhece as facções petistas acha que a banda mensaleira, que pretende criminalizar as sentenças do Supremo Tribunal Federal, vem prevalecendo nas discussões internas.

A razão desse êxito tem sido o desembaraço com que mostram aos adversários os números e a naturalidade com que se beneficiaram do esquema, y otras cositas más.

03 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Riscos no ambiente cinzento

JANIO DE FREITAS

Intenção do procurador-geral para momento de apresentar denúncia contra Calheiros é insondável em um inquérito de tipo corriqueiro

PELA SEGUNDA vez em meio ano, parte significativa do Congresso pode acusar interferência do Judiciário. A anterior foi atribuída ao Supremo Tribunal Federal, ao marcar o julgamento do mensalão coincidindo com a campanha eleitoral. Agora é do Ministério Público, também vista como desrespeito à independência dos Poderes.

No caso atual, a acusação refere-se à denúncia criminal feita ao Supremo pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, contra o senador Renan Calheiros.

A reação não foi causada pela denúncia em si, já esperada, mas por ser feita menos de uma semana antes da eleição em que o denunciado era candidato favorito à presidência do Senado.

A intenção de Roberto Gurgel é insondável. Mas a hipótese adotada a respeito pelos políticos, de que tentava demolir o favoritismo de Calheiros, não é implausível. Roberto Gurgel teve dois anos e meio para apresentar a denúncia. Quem deixou passar tanto tempo poderia muito bem esperar uma semana mais.

A explicação dada por Gurgel para a esquisita demora da denúncia não precisa de hipóteses: nos dois anos e meio, disse ele, esteve muito ocupado com o mensalão. A

assessoria do procurador-geral e os quadros da Procuradoria da República ficam mal na explicação, sem no entanto merecerem esse descaso.

E, além disso, o inquérito de Calheiros nada tem de especial ou nebuloso, é de tipo corriqueiro nos Ministérios Públicos — notas fiscais falsas, para disfarçar recebimentos inconfessáveis de dinheiro, mais falsidade ideológica e peculato.

No mínimo, Roberto Gurgel pôs em prática, outra vez, uma falta de sensibilidade que não perde ocasião de se manifestar, mesmo que seja apenas uma entrevista momentânea. Os ânimos entre Congresso, Supremo e Procuradoria-Geral da República já eram bastante ruins.

Quase todos os discursos na sessão que elegeu Renan Calheiros para a presidência do Senado, na sexta-feira, lançaram indiretas fortes, contra as interferências de que os congressistas se queixam há anos. Gurgel agravou o que já era ruim. E assim surgiram dois riscos.

Um vem da representação existente no Senado contra Roberto Gurgel. Estava adormecida, mas pode ser despertada, e não foi outra coisa que Fernando Collor indicou em discurso, aliás, considerado seu objetivo, bem-feito. Não

convém esquecer que, assim como é necessária a aprovação dos senadores para a nomeação do procurador-geral, também lhes cabe o poder de destituí-lo.

O outro risco é a possível incidência do mal-estar na decisão sobre o direito, ou não, dos procuradores e promotores de realizar investigações. De um lado, a pressão das polícias obtém adesões contra o reconhecimento do direito. De outro, exemplos externos juntam-se a situações internas no apoio aos procuradores e promotores. Caso, entre vários, das três procuradoras da República em São Paulo que desvendaram a corrupção na obra do novo Tribunal Regional do Trabalho paulista. As três mosqueteiras conseguiram até a destituição e prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, um resultado raro para membros do Judiciário.

Vários casos, entre eles o do próprio Calheiros e os recursos do mensalão, vão confrontar Judiciário e Ministério Público com segmentos expressivos do Congresso. Cada um justifica, desde logo, um sinal amarelo no ambiente cinzento.

CONTINUA

03 FEV 2013
FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

SELETIVA

O Supremo e os tribunais superiores são lugares de grandes confortos, para não falar dos luxos. Mas nem as cadeiras especialíssimas que se sucediam foram capazes de atenuar o intenso senta-levanta do ministro Joaquim Barbosa durante o julgamento do mensalão. Parece que a cadeira de presidente fez algum bem até às suas costas ou ancas, porque deixou de ser preciso trocá-la a cada vez que o ministro, a intervalos bem maiores, ficou de pé.

Mas a administração do STF deveria estudar outras cadeiras. Longe do tribunal, não o vemos pela TV, mas podemos saber que o ministro pode ficar nas cadeiras de cinema e outras sem precisar levantar-se.

FOLHA DE S. PAULO

Estados mais violentos têm menos armas legalizadas

04 FEV 2013

Criminosos não usam armas legais, dizem especialistas

FERNANDO MELLO
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Estados com maiores índices de violência são os que têm menor número de pessoas com porte de armas autorizado pela Polícia Federal.

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação mostram também que a correlação é a mesma se considerado o número de armas registradas oficialmente em cada unidade da Federação.

No total, existem no país 1,2 milhão de autorizações para posse de armas e 3.400 civis com permissão para andarem com o armamento.

Os dados reforçam a avaliação de especialistas sobre o impacto quase nulo das armas legais na violência.

O Amapá, quinto Estado mais violento segundo o Mapa da Violência de 2012, tem dois portes autorizados. Alagoas, o campeão da violência, tem 49. Já o Rio Grande do Sul tem o maior número de porte de armas, 1.060, e é o quinto Estado menos violento.

Há uma diferença entre os registros de armas e o porte, ambos feitos pela PF. É como se fosse o documento do carro (registro) e a carteira de motorista (porte).

Quem for pego na rua armado e sem porte pode responder criminalmente.

São Paulo tem o maior número de armas registradas: 273 mil, seguido por Rio Grande do Sul (158 mil).

Desde a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, em 2004, a PF restringiu o

porte de armas. Para obtê-lo, os interessados têm de comprovar necessidade profissional do uso da arma ou ameaça à integridade física.

Antes de conceder o porte, a PF analisa o histórico da pessoa: passagens pela polícia, processos na Justiça, se tem emprego fixo etc.

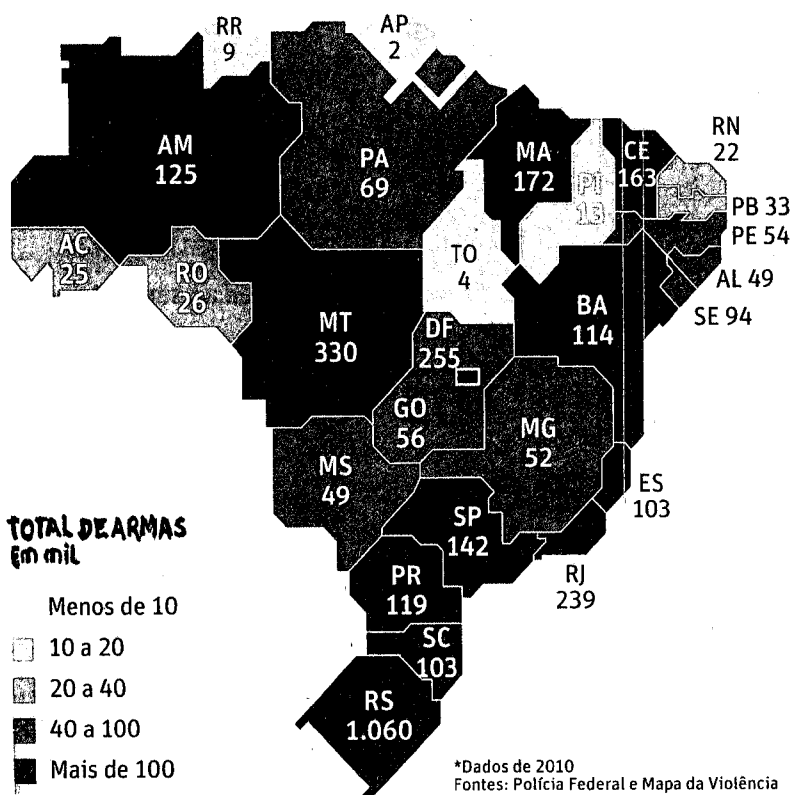
Para especialistas e delegados da PF, os dados reforçam que não há relação direta entre porte de armas e violência —até porque criminosos não usam armas legais.

Dados do Sistema Nacional de Armas mostram que 80% das armas apreendidas em crimes têm origem nacional e, em algum momento, entraram na ilegalidade, seja por roubos de armas legais ou desvios de depósitos de polícias ou militares.

VIOLÊNCIA E ARMAMENTO

No país, 3.400 civis têm permissão para portar armas

Número de portes para defesa pessoal concedidos pela PF em cada Estado



RANKING DA VIOLÊNCIA

Homicídios por 100 mil habitantes*

10	AL	66,8
20	ES	50,1
30	PA	45,9
40	PE	38,8
50	AP	38,7
60	PB	38,6
70	BA	37,7
80	RO	34,6
90	PR	34,4 +
100	DF	34,2
110	SE	33,3
120	MT	31,7
130	AM	30,6
140	CE	29,7
150	GO	29,4
160	RR	27,3
170	RJ	26,2
180	MS	25,8
190	RN	22,9
200	TO	22,5
210	MA	22,5
220	AC	19,6
230	RS	19,3
240	MG	18,1
250	SP	13,9
260	PI	13,7
270	SC	12,9

*Dados de 2010
Fontes: Polícia Federal e Mapa da Violência

04 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Censura, um excesso de tolerância

CRISTINA COSTA

No Brasil, a censura chegou antes da imprensa, do teatro, das bibliotecas. Controlaram-se crenças, opiniões, linguagens. Proibiram-se idiomas nativos, deuses “estrangeiros”, instrumentos musicais inconvenientes e danças consideradas indecentes. Numa colônia de diversificada população indígena e escravos de origem africana, o controle da expressão e da informação foi logo implantado pela Igreja e pela Coroa Portuguesa, promovendo-se uma cultura da camuflagem, do sincretismo, do disfarce, da ironia e do humor.

Se essas estratégias, por um lado, enriqueceram nossa cultura, também nos deram uma perigosa tolerância em relação às interdições —passamos a conviver com elas como se fossem parte da natureza das relações sociais e das razões de Estado.

Desde tempos remotos, convivemos com a suspeita acerca de nossa fé, de nossa opinião e da conveniência de nossos dizeres. Desde tempos remotos, tivemos as visitas do Santo Ofício buscando identificar heréticos, blasfemos, mal falados e mal falantes.

Quando, enfim, nos tornamos independentes, passamos a ter, com a Monarquia, órgãos especialmente destinados ao fomento das artes laicas e ao controle do que se fazia com elas. A partir de 1841, nenhuma apresentação pública se faria sem aprovação e visto do chefe de polícia, guardião da moral, da religião e da decência pública.

De 1834 a 1843, nenhuma apresen-

O controle da informação permeia a história do país e foi exercido inclusive por artistas como Machado de Assis e Vinicius de Moraes

tação teatral foi permitida, temendo-se que o teatro se tornasse palco (literalmente) de agitações republicanas e abolicionistas. Em 1843, foi criado o Conservatório Dramático Musical, onde colaboraram como censores nomes importantes das artes e da intelectualidade —João Caetano, Quintino Bocaiuva e Machado de Assis que, com esse trabalho, recebiam algum rendimento e privavam da intimidade com o poder.

Machado exerceu as funções de censor de 1862 a 1864, período em que pediu para Augusto César de Lacerda modificar o desenlace da peça “Mistérios Sociais”, na qual uma baronesa abandona o marido por um escravo.

Na República, começamos a produzir um jornalismo e uma arte mais regular, fecunda e nacionalista, mas sempre atrelada aos ditames do Estado, misturando nossa sede de autonomia com o paternalismo, o clientelismo e a censura.

Assim é até o Estado Novo, quando Getúlio Vargas, inspirado por chefes de governos nazifascistas como Mussolini e Salazar, cria os primeiros sistemas burocráticos e consistentes de censura, atrelados ao Departamento de Imprensa e Pro-

paganda (DIP). E nós, apesar dos ares libertários da Semana de Arte Moderna, atravessamos os túneis escuros da censura prévia à imprensa e às diversões públicas.

Dessa época, foram diretores do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo (Deip) Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, que também atuou como censor. Nesse período também, Vinicius de Moraes serviu como censor do cinema, antes mesmo de ser diplomata.

A convivência escandalosa entre intelectuais e artistas e o poder chegou a um beco sem saída na ditadura militar, quando viu-se que o “rei estava nu”, ou seja, que as benesses do Estado punham em risco a sobrevivência não só das artes, como dos próprios artistas e da cultura.

Foi preciso que essa promíscua convivência entre poder e cultura chegasse aos seus extremos —à repressão e à perseguição política— para que parte dos artistas e intelectuais rompesse com esse secular apadrinhamento. Só então passaram a ver a censura como realmente é —a nefasta relação de subserviência de produtores culturais ao poder, sob um manto simplista que encobre interesses, barganhas e uma insuportável (ao menos nos dias atuais) tolerância.

MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA, 63, livre-docente em ciências da comunicação pela USP, é coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da mesma universidade

02 FEV 2013

IMPACTO PARANÁ

POSSE NO TJ-PR



Será na sexta-feira (1º) que o atual presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, transmite seu cargo ao colega Clayton Coutinho de Camargo, eleito presidente da Corte de Justiça para o biênio 2013/2014, em solenidade que começa às 17h, anexo do Palácio da Justiça, no Centro Cívico.

Também serão empossados os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Eugênio Achille Grandinetti, eleitos 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e corregedor da Justiça.

02 FEV 2013

IMPACTO PARANÁ

Beatriz Abagge será devolvida pelo TJPR ao Executivo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, na 19ª Sessão Extraordinária desta terça-feira (29/1), determinar ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) a imediata devolução da servidora Beatriz Cordeiro Abagge à Prefeitura de Guaratuba (PR). A funcionária foi condenada em primeiro e segundo graus do TJPR por homicídio praticado contra uma criança em culto de magia negra e estava cedida pelo Executivo local ao Tribunal.

Por unanimidade, os conselheiros acompanharam o voto do conselheiro Jeferson Kravchychyn, que julgou procedente o Procedimento de Controle Administrativo (PCA 0005258-98.2012.2.00.0000), no qual era requerido o afastamento da funcionária do Poder Judiciário. O voto do relator foi baseado no princípio da moralidade administrativa e aplicação da resolução nº 156 do CNJ por analogia aos servidores cedidos ao Poder Judiciário.

Em seu voto, o conselheiro também determinou ao TJPR que apure o suposto favorecimento recebido pela servidora Beatriz Cordeiro Abagge, por parte do Desembargador Francisco Macedo, e informe ao CNJ no prazo de 30 dias.

Justiça Plena - Considerando que o crime de homicídio, do qual é acusada Beatriz Cordeiro Abagge aconteceu no ano de 1992 e até hoje tramita o processo sobre o caso, Jeferson Kravchychyn também solicitou que a ação seja incluída no programa Justiça Plena. Coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, o programa monitora o andamento de processos de grande repercussão social.

Paulo Araújo fica na mira do MP

O Ministério Público finalmente terá livre acesso aos gastos da Câmara de Vereadores de Guaratuba.

O novo presidente, Mordecai Oliveira (DEM), recebeu a visita do promotor de justiça Rui Riquelme de Macedo, que estava acompanhado de dois auditores do Ministério Público Estadual. Oliveira disse que todos os documentos estão à disposição dos auditores, incluindo os da legislatura anterior e os da atual.

O promotor vem, desde 2011, investigando os gastos excessivos dos vereadores com diárias na gestão do ex-presidente Paulo Eder de Araújo (PSC) e ainda outras contratos e compras suspeitos. No início de 2012, Riquelme teve de solicitar ao Tribunal de Justiça uma ordem para Araújo apresentar o relatório dos gastos com diárias para viagens.

IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osman de Oliveira
Advogado

02 FEV 2013

O PARANÁ GANHA OUTRO LUGAR NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recebo do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Félix Fischer, convite para a solenidade de posse, em Brasília, do Procurador de Justiça, **SÉRGIO LUIZ KUKINA**, no elevado Cargo de Ministro dessa Corte.

É o Paraná que se destaca. Félix Fischer, por exemplo,

honrou, com a sua cultura e reconhecida vocação para a Promotoria, a função de Procurador de Justiça, no Paraná e depois chegou ao Superior de Tribunal de Justiça e, agora, à sua Presidência.

O Doutor Sérgio Luiz Kukina, por igual, chega ao STJ, levando para lá toda a sua bagagem de excelente representante do Órgão Ministerial e, sobretudo, a sua condição de processualista na área cível.

No exercício da advocacia, muitas vezes, fui consultar o eminente mestre sobre a forma de interpretação de determinados textos de lei, pois, nessa área todos nós vivemos dentro daquele trinômio do qual fala Alfredo Buzaid: pressupostos processuais, condições de ação e lide. Parece que é fácil, mas não o é. A ciência jurídica possui me-



andros e formas semelhantes à astronomia estelar ou, mais do que isso, palhetas de ouro com as quais mergulham nos poços mais fundos para arrancar pepitas e trazê-las à

tona com as mãos escalavradas.

Sérgio Luiz Kukina era assim: um garimpeiro! Cada artigo ou parágrafo de lei eram lavrados como valiosos metais ou como diamantes na sua mesa de joalheiro do direito.

Os Pareceres redigidos e firmados por ele eram como jóias. A sua inspiração maior era segundo se sabe, decorrente dos seus estudos sobre a doutrina de LIEBMAN e CHIOVENDA.

Agora o Ministro Sérgio Luiz Kukina irá ombrear-se com outros juristas de renomes. Dentro em pouco as suas lições, em matéria processual, passarão para a história.

O Paraná que já possui projeção no cenário nacional através dos seus mais experientes juízes, promotores e advogados, estará mais presente na vida jurídica do Brasil.



Sérgio Luiz Kukina, é o paranaense que toma posse dia 6 de Fevereiro no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Uma escolha que promoveu o Paraná na área jurídica nacional e deverá motivar muitos cumprimentos ao escolhido por parte das demais autoridades paranaenses.

IMPACTO PARANÁ

02 FEV 2013

Enquanto o deputado Fábio Camargo tenta promover o lançamento de um livro que busca divulgar os resultados parciais de uma CPI das Falências, que presidiu na Assembleia Legislativa do Paraná, outros registros a respeito deste polêmico assunto continuam caminhando. Na última segunda-feira, dia 28, na sessão extraordinária do Órgão Especial, foi decidido o arquivamento do relatório da Corregedoria das Massas Falidas e dos Executivos Fiscais do Estado do Paraná. Um assunto polêmico que continua motivando o parlamentar do PTB em uma vindita pessoal e que busca escandalizar um fato ainda pendente com escândalo que vai para um livro cujo capítulo final ainda não foi escrito.

Liminar foi concedida nesta semana tirando da prisão o ex-prefeito e ex-deputado Paulo Furiatti. Desembargador José Carlos Dalaqua, concedeu a liberdade ao mesmo que vem respondendo por fatos que o envolveram com a Operação Quadro Negro, que levantou escândalo relacionado a licitações escolares. Furiatti curtiu alguns dias em cela especial em Piraquara e depois foi removido para a Lapa onde ficou até a presente semana. Sua defesa, antes exercida pelo advogado Elias Mattar Assad, e agora com novo patrocínio, promete responder a todas as acusações geradas neste escandaloso processo.

DO VÉIO – Marcado para o dia 26 de Março o Juri Popular em que deverá sentar no banco dos réus o ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho, o herdeiro do ex-prefeito de Guaraçuva. Esgotados todos os recursos que empurraram com a barriga o citado julgamento que vai apreciar a lamentável ocorrência de trânsito registrada em 7 de Maio de 2009, finalmente a sociedade paranaense terá a oportunidade de se encontrar com uma decisão da Justiça que deverá punir um dos registros mais divulgados em todo o mundo por conta da irresponsabilidade de um ex-deputado que bêbado matou dois jovens em acidente na Ecoville, em Curitiba. Deverá ser o fim de uma campanha pela paz no trânsito, pelo menos em relação a este registro, promovido pela mãe de um dos jovens mortos no acidente, Cristiane Yared.

TRIBUNA DO PARANÁ tribuninha Demorou

O Banco Bradesco foi condenado a pagar R\$ 15 mil de indenização por dano moral a um cliente obrigado a esperar 47 minutos na fila de uma de suas agências, em Londrina, para ser atendido. Na ocasião, apenas 3 dos 8 caixas estavam funcionando.

02 FEV 2013

CARTA CAPITAL

A PM carioca atrás das grades

CRIME | Três policiais são
condenados pela morte
da juíza Patrícia Acioli

A JUSTIÇA FOI feita”, bradavam os familiares após o julgamento que condenou, na quarta-feira 30, três PMs pelo assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli. A sentença chega quase um ano e meio depois da data que chocou o País. Em 11 de agosto de 2011, Acioli, de 47 anos, foi alvejada com 21 tiros na porta da casa onde morava, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, quando chegava do trabalho. Foi exatamente sua atuação profissional o motivo torpe do crime. Acioli era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, onde atuou em diversos processos nos quais os réus eram PMs. A fama de implacável com os desmandos de uma corporação com fortes traços criminosos ganhou terreno no Rio desde 2008, quando Acioli esteve à frente de uma checagem dos casos de autos de resistência claramente forjados por policiais. No exato dia do assassinato, ela havia decretado a prisão de oito policiais militares do 7º batalhão de São Gonçalo pela morte de um jovem, nitidamente executado meses antes. Não foi coincidência, afirmou o delegado Felipe Ettore, que presidiu o inquérito sobre a morte da juíza na Delegacia de Homicídios do Rio. “Os três tinham ciência do assassinato da juíza Patrícia Acioli, desde o início do plano até o seu desfecho final”, disse Ettore. O juiz Peterson Barroso Simão concluiu o mesmo. “A barbárie não pode se espalhar em solo fluminense, nem brasileiro”, declarou, enquanto anunciava as sentenças e a perda do cargo público de Jovanis Falcão, Jefferson de Araújo Miranda e Júnior Cezar de Medeiros. Os três vão cumprir pena pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha. Miranda foi ainda condenado por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, mediante emboscada e para ocultar crimes) e cumprirá 26 anos. Os três se juntam na cadeia a Sérgio Costa Júnior, réu confesso condenado em dezembro. Mas as investigações mostram que o número de culpados é bem maior. Outros sete réus, incluindo o então comandante do 7º BPM, tenente-coronel Cláudio Oliveira, apontado pelo Ministério Público carioca como o mandante do crime, ainda serão julgados. ●

02 FEV 2013

CARTA CAPITAL

A vida em primeiro lugar Por que sou a favor da internação compulsória de dependentes de crack

POR DRAUZIO VARELLA

SOU A FAVOR da internação compulsória dos usuários de crack que perambulam pelas ruas feito zumbis. Por defender a adoção dessa medida extrema para casos graves já fui chamado de autoritário e fascista, mas não me importo.

A você que considera essa solução higienista e antidemocrática, comparável àquela dos manicômios medievais, pergunto: se sua filha estivesse maltrapilha e sem banho numa sarjeta da Cracolândia, você a deixaria lá em nome do respeito à cidadania, até que ela decidisse pedir ajuda?

De minha parte, posso adiantar que fosse minha a filha, eu a retiraria dali nem que atada a uma camisa de força.

Para lidar com dependentes de crack, é preciso conhecer a natureza da enfermidade que os aflige. Crack é droga de uso compulsivo causadora de uma doença crônica caracterizada pelo risco de recaídas.

É de uso compulsivo, porque vai dos pulmões ao cérebro em menos de dez segundos. Toda droga psicoativa com intervalo tão curto entre a administração e a sensação de prazer provocada por ela causa dependência de instalação rápida e duradoura – como a que sentem na carne os dependentes de nicotina.

As recaídas fazem parte do quadro, porque os circuitos de neurônios envolvidos nas compulsões são ativados toda vez que o usuário se vê numa situação capaz de evocar a memória do prazer que a droga lhe traz.

Quando os críticos afirmam que internação forçada não cura a dependência, estão cobertos de razão: dependência química é patologia incurável. Existem ex-usuários, ex-dependentes não. Parei de fumar há 34 anos e ainda sonho com o cigarro.

Tenho alguma experiência com internações compulsórias de usuários de crack. Infelizmente, não são internações preventivas em clínicas especializadas, mas em presídios, onde trançamos os que roubam para conseguir acesso à droga que os escravizou.

Na Penitenciária Feminina atendo meninas presas na Cracolândia. Por interferência da facção que impõe suas leis na maior parte das cadeias paulistas, é proibido fumar crack. Emagrecidas e

exaustas, ao chegarem, elas passam dois ou três dias dormindo, as companheiras precisam acordá-las para as refeições. Depois desse período, ficam agitadas por alguns dias e voltam à normalidade.

Desde que o usuário não entre em contato com a droga, com alguém sob o efeito dela ou com os ambientes em que a consumia, é muito mais fácil ficar livre do crack do que do cigarro. A crise de abstinência insuportável que a cocaína provocaria é um mito.

Perdi a conta de quantas vezes as vi dar graças a Deus por terem vindo para a cadeia, porque se continuassem na vida que levavam estariam mortas. Jamais ouvi delas os argumentos usados pelos defensores do direito de fumar pedra até morrer, em nome do livre-arbítrio.

Todas as experiências mundiais com a liberação de espaços públicos para o uso de drogas foram abandonadas, porque houve aumento da mortalidade.

A verdade é que ninguém conhece o melhor método para tratar a dependência de crack. Muito menos eu, apesar da convivência com dependentes dessa praga há mais de 20 anos.

A internação compulsória acabará com o problema? É evidente que não. Especialmente, se vier sem a criação de serviços ambulatoriais que ofereçam suporte psicológico e social para reintegrar o ex-usuário.

Se esperarmos avaliar a eficácia das internações pelo número dos que ficaram livres da droga para sempre, ficaremos frustrados: é preciso entender que as recaídas fazem parte intrínseca da enfermidade.

Em cancerologia, vivemos situações semelhantes. Em certos casos de câncer avançado, procuramos induzir remissões, às vezes com tratamentos agressivos. Não deixamos de medicar pacientes com o argumento de que sofrerão recidivas.

Está mais do que na hora de pararmos com discussões estereis e paralisantes sobre a abordagem ideal, para um problema tão urgente e dramático como a epidemia de crack.

Se a decisão de internar pessoas com a sobrevivência ameaçada pelo consumo da droga amadureceu a ponto de ser implantada, vamos nessa direção. É pouco, mas é um primeiro passo. ●

31/JAN/2013

Portal Jurídico Empresarial

Noticias do TJPR - Nova cúpula do Judiciário paranaense toma posse nesta sexta-feira

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, transmite seu cargo ao desembargador Clayton Coutinho de Camargo, eleito presidente da Corte de Justiça para o biênio 2013/2014, na tarde desta sexta-feira (1º/2), em solenidade com início às 17h, no 12º andar do prédio anexo do Palácio da Justiça, no Centro Cívico.

Também serão empossados os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Eugênio Achille Grandinetti, eleitos 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e corregedor da Justiça, respectivamente.

O novo chefe do Judiciário, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, chega à presidência do TJPR depois de 39 anos de carreira jurídica, sendo 21 dedicados ao Ministério Público do Paraná e 18 no Judiciário paranaense, ocupando uma vaga pelo Quinto Constitucional.

No Ministério Público Estadual, Clayton Coutinho de Camargo foi procurador de Justiça e integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Já no Poder Judiciário, foi nomeado ao cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada e esteve à frente da presidência daquela Corte de fevereiro de 2002 a setembro de 2003.

OAB PR

01/FEV/2013

Seccional pede suspensão de prazos até que se normalize funcionamento das agências bancárias

O presidente da OAB Paraná, Juliano Breda, encaminhou ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Miguel Kfoury Neto, solicitando a suspensão dos prazos para comprovação do recolhimento das guias e dos depósitos nos processos até que se normalize o funcionamento das agências bancárias. A solicitação também foi encaminhada à presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Marga Tessler, e à presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), Rosemarie Diedrichs Pimpão, em virtude da greve dos vigilantes bancários deflagrada nesta sexta-feira (1º), que prejudicou o funcionamento das agências bancárias, e consequentemente causa prejuízo no recolhimento das custas e depósitos judiciais.

Nos ofícios, Breda ressalta que os advogados, que têm prazos a cumprir, estão impossibilitados de realizar o adequado preparo dos processos judiciais, sendo “necessário que se tome medida urgente para se evitar o perecimento de direitos por conta da perda de prazo em decorrência da situação extraordinária verificada”.